

MINISTÉRIO DO TURISMO
Direcção Nacional de Áreas de Conservação

PARQUE NACIONAL DO LIMPOPO

PLANO DE MANEIO E DESENVOLVIMENTO
DA ZONA TAMPAO

Proposta

Junho 2012

Proposta elaborada pelo Programa de Apoio Comunitário
com a assistência técnica de AFD através de AMBERO

Erik Salas, Consultor
Revisão: Germano Dimande, Coordenador do
Departamento de Apoio Comunitario e
Claude LOUIS, Assitente Técnico,
Ricardina Matusse, Gestora de Operações



INDICE

Siglas	4
1. INTRODUÇÃO	5
1.1 Antecedentes do parque	5
1.2 O planeamento da zona tampão	6
1.3 Metodologia e estrutura do plano	6
1.4 Validação participativa do plano	7
2. A LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS RELEVANTES	9
3. A ZONA TAMPÃO	11
3.1 Características básicas	11
3.2 A evolução do maneio	17
3.3 Os actores	18
3.4 Cenários para a zona tampão	19
4. VISÃO, CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E OBJECTIVOS DE GESTÃO	22
4.1 Visão para o ano 2025	22
4.2 Conceito de desenvolvimento	22
4.3 Objectivos e indicadores da gestão	24
5. ESTRATEGIAS	25
5.1 Protecção dos recursos naturais	25
5.1.1 Regras para o uso dos recursos	25
5.1.2 A redelimitação da zona tampão	27
5.1.3 A vedação no sul da zona tampão	28
5.1.4 Os corredores de biodiversidade	29
5.1.5 O reassentamento na zona tampão	30
5.1.6 Estratégia de sensibilização e educação ambiental	32
5.2 Desenvolvimento local sustentável	32
5.2.1 Organização das comunidades	32
5.2.2 Acessibilidade rodoviária	33
5.2.3 Geração de rendimento	34
5.2.3.1 Sistemas de regadio	34
5.2.3.2 Cadeias de valor baseadas no piri-piri	35
5.2.3.3 Promoção da arborização	36
5.2.3.4 Turismo baseado nas comunidades	37
5.2.3.5 A identificação participativa de outras alternativas	38
5.2.4 Transformação dos conflitos	38
5.2.4.1 Uma estratégia pró-activa para os conflitos homem-animal	38
5.2.3.2 Geração de capacidades para enfrentar conflitos ambientais é nas comunidades	39



5.2.5	Fundo de iniciativas locais ambientais.....	39
5.2.6	Apoio a formulação de estratégias locais de desenvolvimento sustentável.....	42
5.3	Desenvolvimento institucional para a gestão da zona tampão.....	42
5.3.1	Funções e estrutura de gestão do programa de apoio comunitário	42
5.3.2	Capacitação dos recursos humanos para a gestão da zona tampão.....	45
5.3.3	Coordenação e cooperação com os actores do território.....	46
5.3.4	Comunicação social	46
5.3.4.1	Aclaração dos níveis de comunicação	46
5.3.4.2	Os Centros de Recursos.....	47
5.3.4.3	Tecnologias de informação e comunicação	49
5.3.5	Opções de sustentabilidade financeira	49
5.3.6	Gestão do conhecimento.....	51
5.3.6.1	Geração da linha de base	51
5.3.6.2	A monitoria	54
5.3.6.3	Geração e manuseio da documentação	55
6.	ORGANIZAÇÃO E FINANCIAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO	56
ANEXOS	57
A-1	Lista de quadros, mapas e gráficos	57
A-2	Listado das pessoas consultadas	58
A-3	Documentos consultados	59



Siglas

ACTF	Área de Conservação Transfronteiriça
AFD	Agência Francesa de Desenvolvimento
CEDES	Comité Ecuménico para o Desenvolvimento Social
CSA	Compensações pelos serviços ambientais
GD	Governo Distrital
GLTP	Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo
GP	Governo Provincial
GTZ	Sociedade de Cooperação Técnica da Alemanha
HCB	Hidroeléctrica de Cahora Bassa
KfW	Banco Alemão de Desenvolvimento
OAC	Oficiais de apoio comunitário
ORAM	Organização Rural para Ajuda Mútua
PAC	Programa de Apoio Comunitário
PIU	Unidade de Implementação do Projecto
PMDZT	Plano de Maneio e Desenvolvimento da Zona Tampão
PNL	Parque Nacional do Limpopo
PPF	Fundação dos Parques de Paz
REDD	Redução de Emissões da Desflorestação e da Degradação florestal nos Países em Desenvolvimento
SER	Responsabilidade social das empresas
UNAC	União Nacional dos Camponeses
ZT	Zona Tampão



1. INTRODUÇÃO

1.1 Antecedentes do parque

O Parque Nacional do Limpopo (PNL) foi criado em Novembro de 2001 pelo Decreto N° 38/2001 numa área de 1.123.316 ha, outrora conhecida como *Coutada 16* e destinada a caça. Já nos anos trinta do século passado havia-se discutido uma ligação com o Parque Nacional Krüger (PNK) na África do Sul e o Parque Nacional Gonarezhou (PNG) no Zimbabwe. Mas os conflitos políticos e armados nos diferentes países desviaram a atenção até depois dos processos de paz dos anos 90. No caso da área do PNL durante a guerra civil foi abatida quase toda a fauna bravia.

A antiga visão de integração tornou-se realidade com o memorando de entendimento do ano 2000 para o estabelecimento do Parque Transfronteiriço do Grande Limpopo e a Grande Área da Conservação Transfronteiriça do Limpopo (ACTF). Considerando que o PNK tem uma superpopulação de elefantes e outra fauna bravia, uma motivação central foi reintroduzir essas espécies na parte moçambicana e diminuir assim ao mesmo tempo a carga animal na África do Sul. Um dos primeiros passos tomados pelo Governo de Moçambique foi a alteração do estatuto legal da Coutada 16 transitando-a para uma área de conservação.

No ano 2003 foi aprovado o Plano de Maneio e Desenvolvimento do PNL que define como **visão**: *O PNL, faz parte da Grande Área de Conservação Transfronteiriça, no qual os processos ecológicos sejam efectivamente mantidos e que contribua para o bem-estar do povo moçambicano, através do desenvolvimento dum turismo ecológico e culturalmente sustentável e que o uso dos recursos seja compatível com os objectivos de conservação do parque.*

Baseado nessa visão foram definidos **objectivos primários** do PNL orientados a (1°) manter o carácter natural actual; (2°) assegurar a integração do PNL na estrutura da ACTF; (3°) assegurar a participação das comunidades e um fluxo equitativo dos benefícios; (4°) desenvolver o parque de acordo aos interesses nacionais; e (5°) promover um turismo responsável como meio de geração de receita do parque e para o desenvolvimento das comunidades dentro e ao redor do parque. A partir desses objectivos foram estabelecidos os **programas** ecológico, protecção, pesquisa e monitoria, turismo, comunitário, transfronteiriço e administração.

A responsabilidade de **gestão** do Parque assenta na Direcção Nacional de Áreas de Conservação do Ministério de Turismo (MITUR) e é executada pelo Administrador do PNL. O Ministério concordou adicionalmente com a Fundação de Parques de Paz (PPF), o Banco Alemão de Desenvolvimento (KfW) e a Agencia Francesa de Desenvolvimento (AFD) a criação de uma Unidade de Implementação do Projecto (PIU) para a execução dos projectos iniciais do parque. Um Comité de Direcção como representantes de MITUR, da PPF e dos organismos de cooperação internacional supervisa a gestão. Um Comité de Ligação do Projecto permite o envolvimento das comunidades e outros actores.



1.2 O planeamento da zona tampão

O PNL estabeleceu como zona de suporte inicialmente uma faixa de 5 de largura e 320 km de comprimento ao longo da margem ocidental do Rio Limpopo e margem norte do Rio dos Elefantes a jusante da Barragem de Massingir. Na zona de suporte, que ocupa uma área de 2.349 km² (20,9% da superfície total do parque), vivem aproximadamente 21.000 pessoas. A intenção de sua delimitação foi estabelecer um espaço de transição para o amortecimento entre as zonas destinadas prioritariamente a preservação/turismo e ao redor do parque caracterizado por usos mais intensivos e problemas de degradação dos recursos naturais. Ao mesmo tempo a zona foi concebida como uma área onde se possa suportar os usos tradicionais de subsistência e promover alternativas sustentáveis de rendimento que possam maximizar os benefícios do parque para as populações locais. Com essa intenção o parque criou o programa comunitário.

Com o passar do tempo o PNL decidiu integrar a zona de suporte e a zona de uso dos recursos numa **zona tampão** de 5 a 10 km de largura. Mas uma diferença substancial a respeito da maioria de outras zonas tampão da África e do mundo, é que toda a zona tampão esta dentro dos considerados limites territoriais do parque, ficando a competência de administração na Direcção Nacional de Áreas de Conservação (DNAC) do MITUR. No âmbito da Política de Descentralização preconizada pelo Governo de Moçambique, o plano de maneio incorpora elementos de coordenação e colaboração com os actores do território para encaminhar no mediano prazo essa transferência.

Considerando as múltiplas funções da zona tampão como espaço de confluência dos requerimentos de protecção com as necessidades das comunidades, e o ainda incipiente desenvolvimento institucional do maneio, o planeamento deve necessariamente abordar e conciliar essas diferentes dimensões. Ao mesmo tempo o plano se insere no *projecto de desenvolvimento do Parque Nacional do Limpopo e sua zona de suporte* que conta como o apoio da AFD. Neste contexto o plano se estabelece como a folha da rota para a implementação do projecto na zona tampão durante os próximos anos.

Cabe destacar que ainda existe uma grande incerteza sobre muitos aspectos que concernem o plano: o reassentamento de comunidades, o financiamento depois de 2012, as possibilidades de que os governos distritais liderem com o tempo a gestão da zona tampão. É por isso que o plano deixa espaços para decisões e acções que ainda não poderão ser tomadas.

1.3 Metodologia e estrutura do plano

O planeamento político integra o *processamento de informação* e a *construção de consenso* como componentes indispensáveis. Considerando as limitações de tempo e recursos optamos por elaborar um preliminar do plano centrado nos projectos em curso, os acordos interinstitucionais pre-estabelecidos, os conhecimentos e a memória institucional do Programa Comunitário do PNL, a revisão dos documentos disponíveis e entrevistas com actores chave (processamento de informação).

O plano preliminar será discutido amplamente na equipe de planeamento, com os outros programas do parque, com as comunidades, os governos distritais, outras instituições



públicas, as organizações da sociedade civil, os organismos de cooperação internacional e outros actores relevantes relacionados com a zona tampão e o PNL (construção de consensos). Para isso o plano prevê uma agenda de reuniões de apresentação e discussão durante os meses de Novembro de 2010 a Março de 2011. Sobre a base das observações a receber e as modificações que sejam concertadas com os actores chave o Programa elaborará o documento final do PMZT para ser institucionalizado a través do Ministério do Turismo (MITUR).

Depois da introdução (Cap. 1) que contextualiza a formulação e validação do PMZT, descrevemos no Cap. 2, brevemente, a zona tampão sobre a base dos estudos existentes (BRL, 2006 entre outros). Como uma forma de indagar o futuro da zona tampão, fizemos um exercício rápido de prospectiva territorial que nos permitiu identificar diferentes cenários.

A partir dos cenários e considerando as decisões já existentes formulam-nos uma visão para a zona tampão no longo prazo e os objectivos de gestão para o médio prazo (Cap. 3).

No Cap. 4 apresentamos as linhas e programas estratégicas para o maneio, incluindo actividades e aspectos da protecção dos recursos naturais, do desenvolvimento sustentável das comunidades, do desenvolvimento institucional para o maneio da zona tampão e das estratégias de sustentabilidade financeira do maneio.

Sobre essa base definimos o modelo organizacional e os aspectos relativos ao financiamento da implementação (Cap. 5).

1.4 Validação participativa do plano

Para garantir a informação, validação e promover o crescente envolvimento das comunidades e outros actores territoriais no maneio da zona tampão, o PNL desenvolverá como medida imediata uma agenda de socialização da proposta. A partir da devolução dos actores será elaborado o documento final do plano para ser institucionalizado através do MITUR.

Quadro 1: Cronograma de socialização da proposta (2010-2011)

Grupo-alvo	Mês					Local de encontro
	11	12	01	02	03	
Comité do Parque						PNL
Comité do distrito de Massingir						PNL
Comité do distrito de Mabalane						CIC Mahawane
Comité do distrito de Chicualacuala						Chicumbane
Gover. Distrital / Cons. Consultivo de Massingir						Massingir
Gover. distrital / Cons. Consultivo de Mabalane						Mabalane
Gover. distrital / Cons. Cons. Chicualacuala						Chicualacuala
Governo provincial de Gaza						Xai-Xai
ONG ligadas ao desenvolvimento local						PNL
Comunidades do posto administrativo de Zulo						Munyamane/Cunze
Comunidades do posto admin. de Mavodze						Bingo / Mavodze



Comunidades do posto admin. de Combomune																			CIC Mahawane
Comunidades do posto admin. de Tlavene																			Nhanga Nhanga
Comunidades do posto admin. de Mapai																			Panhame
Comunidades do posto administrativo de Pafuri																			Salani

A implementação da agenda é responsabilidade do Programa de Apoio Comunitário (PAC) que receberá o suporte dos outros programas interrelacionados.



2. A LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS RELEVANTES

A **Constituição** de 1990 reconhece a importância de uma mais ampla participação da sociedade civil nas iniciativas de desenvolvimento. A Constituição estabelece ao mesmo tempo que as zonas de protecção da natureza são de domínio público do Estado. O Artigo 37 consagra o princípio geral que "O Estado promove iniciativas para garantir o equilíbrio ecológico e a preservação e conservação do meio ambiente, com o objectivo de melhorar a qualidade e padrões de vida dos cidadãos". O Artigo 46 estipula que toda a terra é propriedade do Estado e de modo algum é permitida que seja objecto de alienação, venda, penhora ou hipoteca. Sob o Artigo 48, um certo grau de protecção é conferido a quem usa a terra, quando esta é resultante de herança ou por ocupação e direitos de uso há muito estabelecidos. No entanto, isto não se aplica se e quando, a lei considere tal terra como reserva legal, i.e. uma área de protecção.

A **Lei do Ambiente** (No 20/97, MICOA) define os seguintes princípios fundamentais: (1º) o uso e gestão racionais das componentes do meio ambiente com vista à promoção do melhoramento da qualidade de vida dos cidadãos e a manutenção da biodiversidade e dos ecossistemas; (2º) a visão global e integrada do ambiente como uma unidade de ecossistemas interdependentes, naturais e feitos pelo homem, a qual necessita de ser gerida de modo a manter o seu equilíbrio funcional. A Lei define a competência do Governo para estabelecer Áreas de Protecção do Ambiente. As comunidades locais e em certa medida as NGO's e o sector privado, terão a este nível, uma participação considerável e indispensável na gestão de tais áreas. No entanto, qualquer actividade dentro dessas áreas estará sujeita a uma estreita vigilância e inspecção. Certas actividades que possam ameaçar a conservação são proibidas.

A **Lei de Florestas e Fauna Bravia** (Lei nº 10/1999) é baseada no princípio de proteger, conservar, desenvolver e usar de forma racional e sustentável, os recursos florestais e faunísticos, para o benefício económico, social e ecológico da presente e futuras gerações de Moçambicanos. O Artigo 1 (38) define a zona tampão como a "porção territorial circunvizinha duma zona de protecção, que forma uma faixa de transição entre a área protegida e áreas de utilização múltiplas, com o objectivo de controlar o redimir os impactos decorrentes da acção humana na zona de protecção respectiva".

O Decreto nº 12/2002 que aprova o **Regulamento da Lei de Floresta e Fauna Bravia** estabelece no artigo 5 (2) que "a determinação e delimitação da zona tampão deverá ter-se em conta os acidentes geográficos da zona de protecção, o plano de maneio, as concessões e outros direitos de terceiros existentes em seu redor".

A **Política e Estratégia de Desenvolvimento de Florestas e Fauna Bravia** enfatiza a reabilitação de parques nacionais, reservas florestais e de fauna bravia e a extensão das áreas de conservação. Este objectivo concretiza-se através do melhoramento da protecção, gestão e uso das áreas de conservação com a finalidade de contribuir para o desenvolvimento sustentável nacional e local, uso apropriado da terra e conservação da biodiversidade.

A **Lei sobre Trabalhos Arqueológicos** estabelece a necessidade de todos os projectos que impliquem escavação, demolição ou alargamento de campos agrícolas, assegurarem a remoção segura de objectos arqueológicos. Nos termos da Lei, zonas de valor arqueológico deverão ser protegidas e declaradas como zonas de protecção



arqueológica. Por conseguinte, o planeamento físico de qualquer área ou região deve dar o devido respeito a esta provisão.

A **Lei de Terras** visiona que "como um meio universal de criação de riqueza e bem-estar social, o uso e aproveitamento da terra é um direito de todo o povo moçambicano". O Artigo 6 da Lei declara que todas as zonas de protecção total ou parcial são de domínio público. O Artigo 8 estabelece que o direito de uso e aproveitamento da terra poderá ser obtido através da ocupação por indivíduos moçambicanos que tenham vindo a usar a terra de boa fé por pelo menos dez anos e pelas comunidades locais cujos direitos de uso e aproveitamento da terra nos termos do Artigo 7 obedecem aos princípios de co-titularidade. O Artigo 14 estabelece que o direito de uso e aproveitamento da terra poderá ser terminado através da revogação de tal direito por razões de interesse público, após o pagamento de uma indemnização justa e/ou compensação, no qual os bens não removíveis reverterão a favor do Estado. O Artigo 20 declara que nas áreas rurais, as comunidades e as aldeias tomam parte na (1º) gestão dos recursos naturais, (2º) concessão do direito de uso e aproveitamento da terra, (3º) identificação e definição dos limites das parcelas que ocupam e (4º) resolução de conflitos.

A **Estratégia Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas**, em processo de aprovação, busca fortalecer o papel dos governos distritais na gestão pública transferindo para eles competências que historicamente foram desenvolvidas pelo governo nacional.

Moçambique é signatário das **convenções internacionais** como a Convenção Sobre a Biodiversidade (CBD), Convenção Sobre o Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas (CITES) e Convenção sobre Terras Húmidas (RAMSAR), e vários **protocolos da SADC**. De relevância directa são os protocolos Conservação da Fauna Bravia e Fiscalização e sobre Partilha dos Recursos Hídricos. O primeiro convida os Estados membros a promoverem a gestão compartilhada dos recursos de fauna bravia e habitats partilhados, para além das fronteiras internacionais, bem como assegurar um uso sustentável da fauna bravia e uma efectiva aplicação da legislação relevante dentro de cada Estado. A água é um dos recursos transfronteiriços mais críticos na região da SADC. O último protocolo sobre a Partilha dos Recursos Hídricos faz provisão para o desenvolvimento coordenado dos sistemas de cursos de água partilhados na região, para apoio ao desenvolvimento sócio-económico.

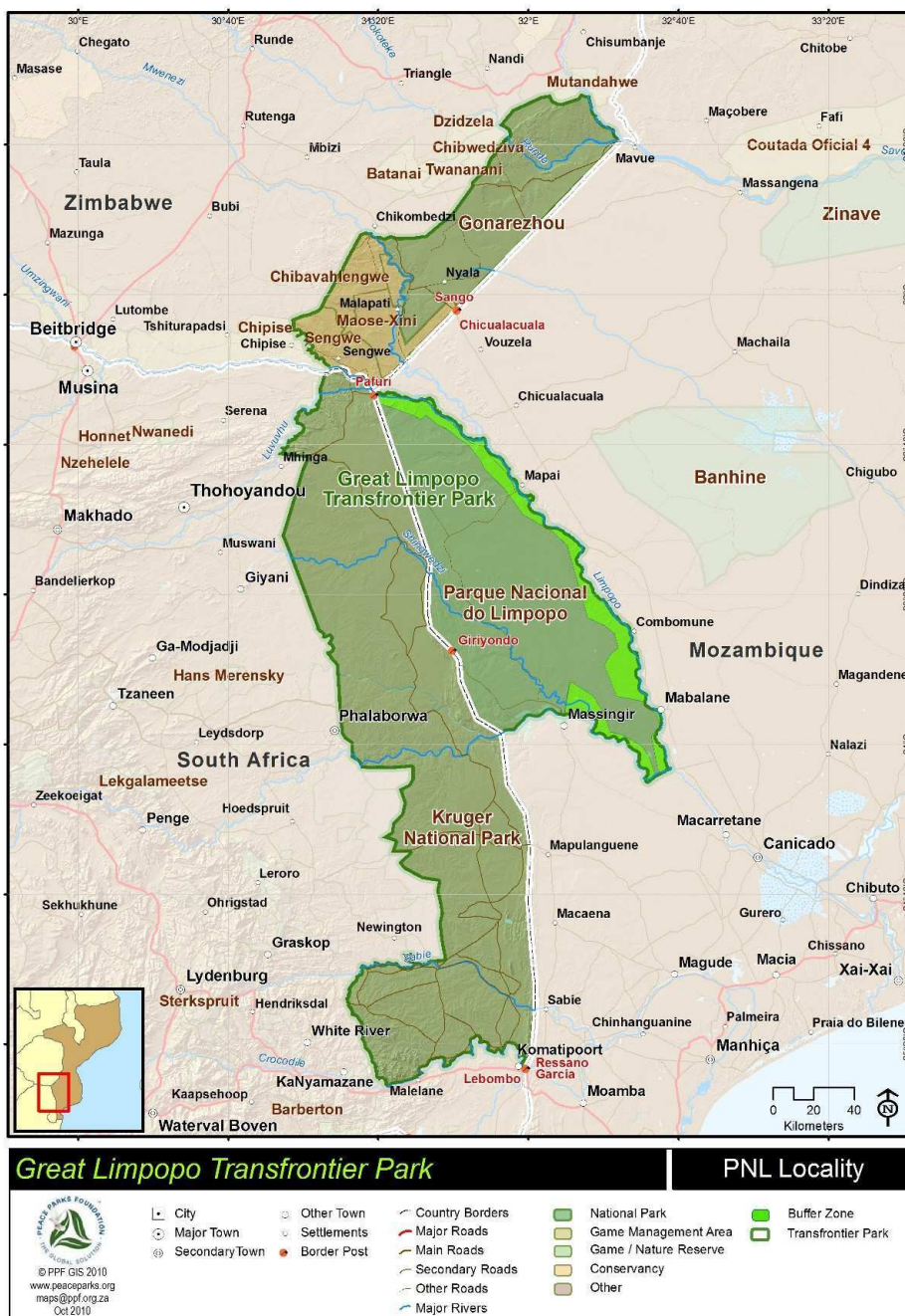


3. A ZONA TAMPÃO

3.1 Características básicas

A zona tampão ocupa uma área de 2.349 km² que corresponde ao 20,9% da considerada superfície total do parque. Ela foi estabelecida inicialmente como uma faixa de 5 km de largura (mas depois acrescentada para uma faixa de 5 a 10 km de largura) e 320 km de comprimento ao longo da margem ocidental do Rio Limpopo e margem norte do Rio dos Elefantes a jusante da Barragem de Massingir. Toda a zona tampão do PNL esta dentro dos considerados limites do parque.

Mapa 1: Localização





O **clima** é subtropical com verões húmidos e quentes e Invernos amenos e secos. A precipitação média anual ronda entre 360 mm no norte e mais de 500 mm no sudoeste do Parque. A **hidrologia** da região é dominada por sistemas hidrográficos dos rios Limpopo, dos Elefantes e em menor grau do Shingwedzi. Os três cursos de água mantêm-se perenes mas os seus afluentes só levam água nas épocas de chuvas. Em Massingir existe uma barragem que regula o fluxo do rio dos Elefantes. Imediatamente acima do declive das faixas aluviais dos rios Limpopo e dos Elefantes, são evidentes **solos** argilosos derivados de rochas sedimentares calcárias. Solos arenosos derivados de sedimentos a partir de Mananga e incluindo dunas, são característicos das áreas de crista situadas mais acima e afastadas dos rios. Como consequência dessas condições geo-ecológicas as **secas** são um fenómeno recorrente que agudiza nos meses de Inverno a disputa pelo recurso água e implica um aumento exponencial dos conflitos entre pessoas e fauna bravia.

O PNL esta inserido dentro da **vegetação** da Região Sudano-Zambeziana e corresponde à mata de Mopane. Um total de quinze comunidades distintas foram identificadas, desde floresta baixa de *Androstachys johnsonii* – *Guibourtia conjugata* até prados de capim rasteiro de *Stenotaphrum secundatum* – *Cynodon dactylon*. A **fauna** bravia é uma dos principais atracções potenciais do PNL. Elefantes, rinocerontes, girafas e leões são algumas das mais célebres espécies, não obstante existirem na ACTF-Limpopo um total de 147 espécies de mamíferos, 505 espécies de aves, pelo menos 116 espécies de répteis, 34 espécies de rãs e 49 espécies de peixes. Com a integração transfronteiriça dos parques mais os esforços de fiscalização e sensibilização nas comunidades a reintrodução da fauna bravia para o PNL esta a tornar-se realidade. Ao não existir ainda uma vedação que separe a zona tampão das zonas centrais do parque a ocorrência de conflitos entre pessoas e animais representa uma das grandes preocupações actuais.





A **população** do PNL ascende a 27.000 pessoas (das quais 21.000 habitam na zona tampão) que pertencem maioritariamente ao povo Shangana/Tsonga. As fronteiras internacionais entre a África do Sul, Moçambique e Zimbabwe dividem o povo e as suas estruturas tradicionais foram alteradas. Durante a guerra civil, um número importante de pessoas deslocou-se para o bantustão de Gazankulo na África do Sul. No entanto, com a paz, muita gente regressou mas uma considerável parte manteve-se naquele local. Tal como a situação das fronteiras se apresenta actualmente os Shangana/Tsonga dos 3 países apenas podem manter contactos esporádicos entre si. A grande maioria da população vive em condições de extrema pobreza tendo a maioria das necessidades básicas (educação, saúde, água potável, alimentação suficiente, etc.) insatisfeitas.

Os **padrões de assentamento** são definidos por 44 aldeias nas margens dos rios Limpopo, dos Elefantes e Shingwedzi. As aldeias encontram-se numa distância média de 5 a 7 km entre si, o que está directamente ligado aos padrões tradicionais de uso dos recursos e ao potencial agroecológico da região. Fora do parque mas nas cercanias da zona tampão existem como sedes dos distritos as vilas de Chicualacuala, Mabalane e Massingir com infra-estruturas de serviços básicos.



Mapa 2: Distritos na área do PNL





Os **usos** predominantes na zona tampão são a agricultura de sequeiro, a criação de galinhas e porcos perto das casas e o pastoreio de gado bovino e cabrino envolvendo áreas mais extensas que incluem as zonas centrais do parque. Durante a estação seca, os habitantes colhem raízes e tubérculos, mel e frutos silvestres de plantas e árvores. As árvores, não só providenciam frutos para alimentação e fabrico de bebidas tradicionais, mas também são uma importante fonte de lenha para a cozinha, uma fonte de materiais de construção, e é usada para o fabrico de carvão para comercialização. Com a criação do parque a produção de carvão foi proibida na zona tampão mais ainda existe em pequena escala. A caça para consumo local tem sido efectuada de forma tradicional pela população e constitui uma importante fonte de proteínas. A pesca é também uma importante actividade para as comunidades que vivem próximas dos rios, lagoas e da barragem de Massingir.

Vale a pena destacar que **não apenas os habitantes do parque fazem uso dos recursos naturais do parque** pelo que também as populações ao redor praticam o pastoreio, a recollecção, a caça e a extracção de recursos naturais na área de conservação.

O turismo da natureza ainda não é uma actividade significativa nas economias locais. A maioria dos turistas apenas transita na região no caminho entre a África do Sul e as praias do Litoral. Mas o potencial turístico é significativo e está sendo desenvolvido pelo parque. Um outro uso importante e a barragem de Massingir.



Mapa 3: Uso da terra na zona tampão e suas imediações





3.2 A evolução do manejo

Na delimitação do parque no ano 2001 foi estabelecida a zona de suporte como parte integrante do PNL para garantir seu controle como área de amortecimento. A visão que orientou o manejo foi a convivência das comunidades com a fauna bravia. É por isso que não esteve prevista uma vedação entre as zonas central e a de suporte no parque.

A delimitação inicial da zona tampão estabeleceu uma faixa de 5 km nas margens interiores dos rios Limpopo e Elefantes para a zona tampão. Na altura da proclamação as comunidades reclamaram que a faixa não seria suficiente para satisfazer suas necessidades. Para atender as demandas das comunidades o PNL, em coordenação com os governos distritais, ONG's e as próprias comunidades, realizou durante os anos 2003 e 2004 um mapeamento participativo do uso de terra e outros recursos como base para uma redelimitação da zona tampão. Como primeira medida a *zona de utilização do recurso* (prevista no plano de manejo e desenvolvimento do PNL) foi integrada quase em sua totalidades na zona tampão.

No 2005 foram realizados um diagnóstico rural participativo e um estudo de viabilidade para a zona de suporte que complementaram o mapeamento prévio. O estudo recomendou que para minimizar os conflitos entre as comunidades e a fauna bravia, devia, no limite a sudeste, ser acrescentada a zona tampão através de uma linha que forma um triângulo com os rios dos Elefantes e Limpopo, da jusante da Barragem de Massingir até a aldeia de Hassane no distrito de Mabalane. Para o efeito seria erguida uma vedação que impedisse particularmente a incursão dos Elefantes nas aldeias e machambas.

Como resultado desses estudos o PNL decide avançar com a demarcação física da zona. A linha foi mais tarde ajustada mas mantendo a mesma direcção para acomodar as actividades da aldeia de Mavodze interessada em ser reassentada na zona tampão.

Ademais da iniciativa de delimitação e vedação o manejo da zona tampão esteve orientado desde 2006 em melhorar a conectividade através da construção de uma estrada paralela ao rio Limpopo e ao desenvolvimento de actividades iniciais de capacitação orientada a geração de rendimento nas áreas de artesanato, produção de leites e derivados e marmeladas. Ao mesmo tempo o parque desenvolveu uma experiência piloto de reassentamento de 16 famílias provenientes da aldeia de Nanguene para a Chinhangane, fora do parque.

As dificuldades financeiras e administrativas do país impediram ao governo de cumprir todos os compromissos assumidos frente aos doadores o que levou a que o KfW e AFD congelassem as suas contribuições para o parque. Como consequência da difícil situação operativa o PNL não teve capacidade para dar continuidade aos acordos e compromissos estabelecidos com as comunidades. As expectativas criadas não foram satisfeitas e um constrangimento relativo ao parque difundiu-se entre as comunidades.

De um ano para agora as dificuldades vinham sendo superadas gradualmente e existe um acordo do MITUR com a AFD para o planeamento e implementação da zona tampão. Neste contexto o plano de manejo procura dar coerência e estrutura às múltiplas actividades que vinham sendo discutidas com os diferentes actores que incidam sobre a zona tampão e o parque.



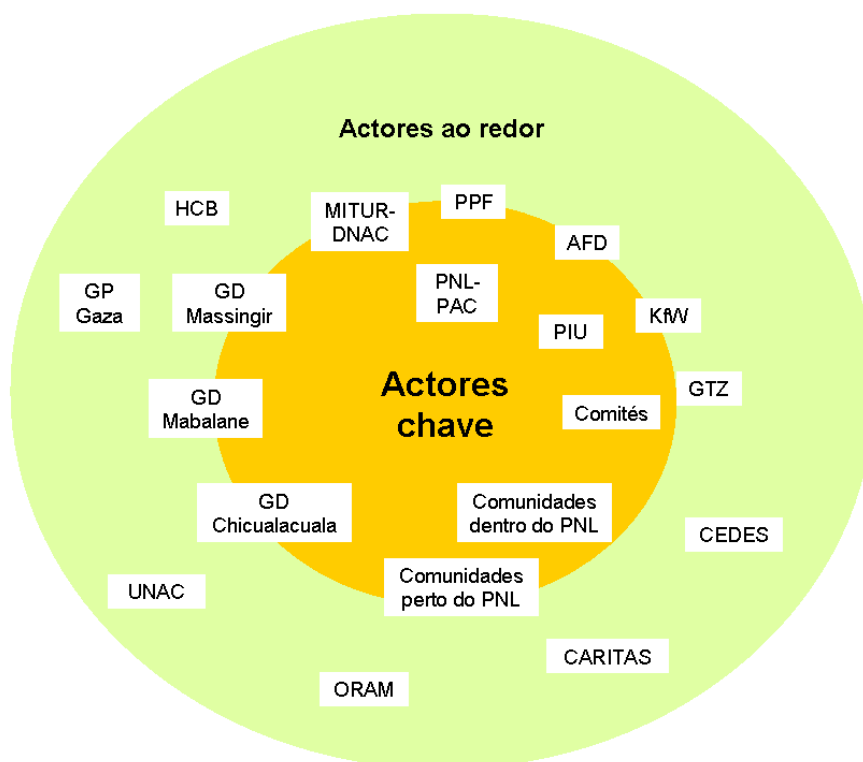
3.3 Os actores

Considerando que a zona tampão se encontra em sua totalidade no que é considerado área do PNL, a competência territorial de manejo e desenvolvimento é da Direcção Nacional de Áreas de Conservação (DNAC) do MITUR.

No marco da estrutura de gestão estabelecida pelo MITUR com seus parceiros (PPF, o KfW e AFD) compete ao Programa de Apoio Comunitário do PNL a responsabilidade de elaboração e implementação do plano de manejo da zona tampão e a interação com os governos distritais e as comunidades. Para a elaboração e implementação inicial do plano o Programa conta com assistência técnica e recursos financeiros disponibilizados pela AFD.

Ao mesmo tempo o PNL se encontra localizado no Oeste da Província de Gaza num território compartilhado pelos distritos de Chicualacuála no Norte, Mabalane no Sudeste e Massingir no Sul. Considerando a crescente importância dos governos distritais no marco da Estratégia Nacional de Planificação e Finanças Descentralizadas e a vontade da administração do parque para uma transferência gradual do manejo e desenvolvimento da zona tampão para eles, não há dúvidas de quem são actores chave para o manejo.

Gráfico 1: Mapa de actores



Não menos importantes são as próprias comunidades que habitam no PNL e nas imediações do mesmo. Existem 44 comunidades na zona tampão (lista das comunidades no Anexo). O número de comunidades nas imediações do parque precisa ainda ser quantificado. Com as comunidades trabalham organizações não governamentais (ONG) como Caritas, UNAC, ORAM e CEDES que podem-se converter em parceiros e executores das acções de manejo e desenvolvimento.



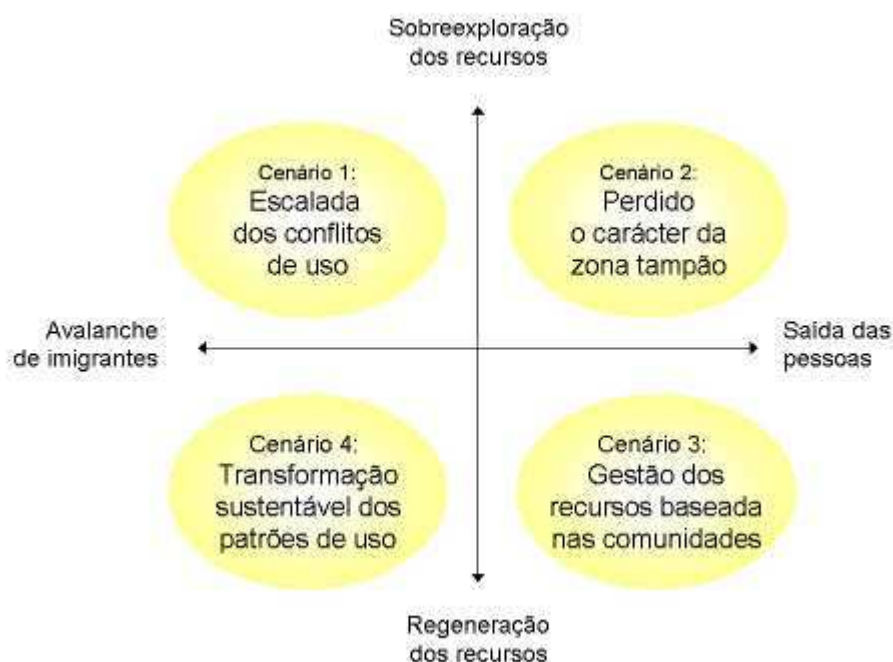
Outros actores relevantes são actualmente a Ara Sul que opera a Barragem no Massingir, o governo Provincial de Gaza, e através da assistência técnica temporalmente também a GTZ e AMBERO.

3.4 Cenários para a zona tampão

Vivemos em tempos de mudanças rápidas. Consequentemente, as interações são cada vez mais numerosas, complexas e incertas. Globalização, integração regional, desenvolvimento sustentável e a mudança climática são algumas de suas expressões mais notórias. A estes acrescentam-se as interdependências que mudam os valores, as configurações dos territórios e as constelações de actores. Explorar o futuro, preparar-se para a crescente incerteza e a diversidade de futuros possíveis, torna-se imperativo para o planeamento, para a acção. "É como uma viagem durante a noite em uma estrada escura. Quanto mais rápido seja o carro, maior deve ser o alcance de seus focos" (G. Berger, 1964).

A prospectiva (*prospecção em perspectiva*) é a disciplina que procura antecipar o futuro no longo prazo (*o dia depois de amanhã*) para assim orientar o planeamento e as acções no curto e médio prazo (*amanhã de manhã*). Para isso a perspectiva trabalha com **cenários**. Cenários são histórias que descrevem futuros possíveis de maneira plausível, esclarecendo riscos e oportunidades, e indicando requerimentos de acção. Utilizando a metodologia conhecida como *matriz de cenários* (Ogilvy e Schwartz, 1998) fizemos um workshop para identificar as tendências críticas: *pressão sobre os recursos naturais* e *imigração*, levar essas tendências a sua expressão mais extrema e contrastar as mesmas obtendo os seguintes cenários.

Gráfico 2 Cenários para a zona tampão do PNL





Cenário 1: Escalada dos conflitos de uso: A chegada massiva de pessoas para viver na zona tampão combina-se com uma sobreexploração dos recursos naturais. A manutenção dos sistemas de uso costumeiro (machambas para subsistência, o pastoreio, a produção de carvão, a caça e recollecção dos produtos não-madeireiros da mata) deixa de ser sustentável dado o número de pessoas e a consequente pressão sobre os recursos. A crescente expansão das pessoas com suas actividades origina a diminuição das áreas disponíveis para a fauna bravia, especialmente nos corredores biológicos. Ao mesmo tempo a maior extensão e densidades das áreas de habitação e produção resulta em que as incursões da fauna bravia e as perdas de gado ocorram com uma maior frequência. Uma escalada dos conflitos de uso e a consequência. As importantes funções de transição e amortecimento da zona tampão vão-se perder.

Cenário 4: Transformação sustentável dos padrões de uso:

O cenário resulta da combinação de uma chegada massiva de pessoas para a zona tampão e a regeneração dos recursos naturais renováveis. O cenário implica uma intensificação dos usos em áreas pequenas orientada a uma crescente geração de valor agregado (cadeias de valor) para os recursos e produtos da zona tampão. As actividades económicas a desenvolver devem ter o potencial para satisfazer as necessidades básicas das comunidades e gerar capacidade de poupança. Um futuro assim só poder ser o resultado de uma mudança significativa dos padrões de uso através de alternativas sustentáveis de geração de rendimento e mudanças substanciais nos comportamentos das populações locais.

Cenário 2: Perda do carácter da zona tampão:

O cenário resulta da combinação de uma sobreexploração dos recursos e uma saída das populações locais. A degradação dos recursos naturais renováveis, o desenvolvimento de novas actividades económicas que precisam pouca mão-de-obra e as mudanças culturais nos jovens propiciam um crescente êxodo das comunidades. A zona tampão perde seu carácter do suporte para os objectivos do parque e para o desenvolvimento local sustentável das comunidades.

Cenário 3: Gestão dos recursos baseada nas comunidades:

Uma crescente saída das pessoas combina-se com a regeneração dos recursos na zona tampão. Com um número menor de pessoas mantendo os sistemas de uso costumeiro (machambas para subsistência, o pastoreio, a produção de carvão, a caça e recollecção dos produtos não-madeireiros da mata) e a pressão sobre os recursos vão-se diminuir e as possibilidades para o desenvolvimento sustentável e a diminuição da pobreza através de iniciativas de gestão dos recursos baseada nas comunidades vão-se acrescentar. Através dessas iniciativas podem ser desenvolvidas experiências piloto de geração de rendimento sustentáveis a pequena escala como um potencial para a sua réplica em outras regiões do país. A função da zona tampão como área de amortecimento e transição pode ser optimizada e os conflitos de uso dos recursos vão-se reduzir.



A partir dos cenários identificamos aqueles **assuntos estratégicos** que precisam ser abordados no planejamento para promover os cenários desejáveis (3 e 4) e evitar os cenários mais negativos (1 e 2).

Quadro 2: Assuntos estratégicos

1. Assuntos centrados no desenvolvimento local sustentável:	<ul style="list-style-type: none">• Geração de rendimento• Alívio a pobreza• Acessibilidade• Educação para o desenvolvimento sustentável• Segurança alimentar
2. Assuntos centrados na proteção dos recursos:	<ul style="list-style-type: none">• Conservação dos recursos• Educação ambiental• Divulgação e forçar o cumprimento da lei para fazer prevalecer o estado de direito e a boa governação.
3. Assuntos centrados no desenvolvimento institucional	<ul style="list-style-type: none">• Capacidades de gestão• Coordenação institucional



4. VISÃO, CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO E OBJECTIVOS DE GESTÃO

Concebemos uma visão de longo prazo (aprox. 15 anos) e objectivos de gestão de médio prazo (5 anos). Considerando que o horizonte do plano é de 5 anos o desafio é lograr os objectivos de gestão nesse tempo e avançar substancialmente na direcção da visão e do conceito de desenvolvimento que devem ser concertado com os actores.

4.1 Visão para o ano 2025

Visão: a zona tampão é uma região onde se conciliam as necessidades das populações locais com as exigências da protecção dos recursos naturais no contexto da Grande Área de Conservação Transfronteiriça. Isso se expressa nos seguintes aspectos:

1. A zona tampão se consolidar na sua função de transição e amortecimento entre as zonas centrais do parque orientadas a preservação e observação de fauna bravia e as áreas circundantes do parque com maiores níveis da transformação das paisagens.
2. Os corredores biológicos que conectam o parque com outras áreas de conservação cruzam a zona tampão funcionam e são cuidados pelas comunidades das suas imediações.
3. A população da zona tampão se estabilizou em comunidades consolidadas que aproveitam as vantagens de localização e os recursos naturais de maneira sustentável para a sua inserção na economia, satisfazendo suas necessidades básicas e assumindo um crescente protagonismo no co-maneio do parque.
4. O processo de descentralização do país resulta em que os governos distritais tenham a competência de administração da zona tampão exercendo a mesma em apego aos princípios da boa governação (transparência, participação, responsabilidade, coerência e eficácia/eficiência) e modalidades de co-maneio com as comunidades da zona tampão e outros actores envolvidos. A administração do PNL desenvolve a supervisão e a assistência técnica dos governos distritais na gestão da Zona.

4.2 Conceito de desenvolvimento

O conceito de desenvolvimento é a expressão territorial da visão e inclui os principais projectos e intervenções que tiveram uma influência significativa sobre a conformação da zona tampão nos próximos anos. Elementos centrais do conceito são a melhoria da conectividade a partir da construção de uma estrada paralela ao rio Limpopo, o desenvolvimento de actividades de turismo baseado nas comunidades, a consolidação de vários corredores biológicos, projectos de irrigação e a vedação da área Sul da zona tampão.



Mapa 4: Conceito de desenvolvimento da zona tampão



O mapa incluiu aqueles projectos que já estão sendo implementados e aqueles cuja localização está sendo proposta neste momento. Outros projectos ainda não definidos e cuja localização ainda não foi decidida não forem incluídos, não obstante formarem parte do conceito de desenvolvimento.



4.3 Objectivos e indicadores da gestão

A implementação do plano num prazo de 5 anos deve resultar no logro dos seguintes objectivos de gestão.

Quadro 3: Objectivos e indicadores de gestão

Objectivos de gestão	Indicadores
<p>1. As populações da zona tampão envolvidas na protecção dos recursos do parque.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • A redelimitação da zona tampão e concertada com as comunidades e institucionalizada através do Boletim Oficial. • As infracções das normas do uso reduzem em 30%. • 10 comunidades aplicam planos de maneio ou outros arranjos sustentáveis para o uso dos recursos florestais ou faunísticos.
<p>2. As condições de vida das comunidades melhoradas através do aproveitamento sustentável dos recursos naturais.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Os rendimentos das comunidades acrescentam-se em 10%. • A segurança alimentar da população beneficiária acrescenta-se em 20%. • Actividades sustentáveis de geração de rendimento baseadas nas características e benefícios do parque forem implementadas em 10 comunidades.
<p>3. As capacidades e arranjos institucionais para a gestão da zona tampão são consolidados.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os Governos Distritais envolvidos nas actividades de geração de rendimento na zona tampão. • Todos os Centros de Recursos desenvolvem regularmente actividades ordinárias na zona tampão. • Os comités (ao nível comunitário, do distrito e do parque) providenciam aos governos distritais e a administração do PNL estratégias de desenvolvimento local sustentável para a zona tampão.



5. ESTRATEGIAS

O plano tem um horizonte de cinco anos constituindo-se em um instrumento de médio prazo que procura integrar **manejo e desenvolvimento** da zona tampão. Com essa intenção o plano define três linhas estratégicas: uma linha centrada na protecção dos recursos, uma linha centrada no desenvolvimento local sustentável e uma linha focalizada no desenvolvimento das capacidades de gestão.

5.1 Protecção dos recursos naturais

A linha estratégica centrada na protecção dos recursos naturais na zona tampão baseia-se na **integração** de (1º) normas para o uso dos recursos; (2º) a redelimitação de zona tampão para otimizar sua funcionalidade; (3º) a vedação no Sul para diminuir os conflitos entre pessoas e fauna bravia; (4º) o estabelecimento de corredores biológicos para facilitar a conectividade na Grande ACTF; e (5º) o reassentamento de comunidades do interior do parque para a zona tampão.

5.1.1 Regras para o uso dos recursos

O carácter de transição e amortecimento da zona tampão torna necessário estabelecer regras específicas para o uso dos recursos e a mobilidade no território. As regras estão baseadas nas seguintes **fundações**:

1. As regras de uso dos recursos subordinam-se a visão, os objectivos de gestão e as funções legais da zona tampão.
2. As comunidades que habitam e aquelas comunidades do parque que serão reassentadas na zona tampão têm direitos preferenciais sobre o uso dos recursos no marco das disposições legais e administrativas vigentes.
3. Cada uma das comunidades disporá de um território específico para habitação e uso dos recursos.
4. Nos corredores de biodiversidade através da zona tampão aplicam-se restrições maiores ao uso dos recursos. Em especial são proibidas a caça, o pastoreio, a exploração florestal e todas as outras actividades que poderem resultar em um impacto sobre a função de corredor de biodiversidade.
5. A exploração dos recursos em grande escala com fins comerciais pelas comunidades locais deverá basear-se em planos de manejo autorizados pela autoridade competente e monitorizados pelo PNL.
6. A caça de algumas espécies de fauna bravia para o consumo das comunidades locais será possível com o consentimento expresso do Programa de Protecção do PNL sobre a base da monitoria de fauna. Os caçadores comunitários deveram registrar-se de acordo a legislação vigente e as disposições do PNL.

As regras específicas são apresentadas no quadro abaixo. A experiência de aplicação das regras será monitorizada periodicamente e podem-se introduzir modificações para otimizar a gestão da zona tampão.

**Quadro 4: Regras de uso na zona tampão**

Descrição		Corredores	Resto da ZT
Colecta	Colecta de capim para cobertura	N	S
	Colecta de caniço	N	S
	Colecta de bambu	N	S
	Colecta de cogumelos	N	S
	Colecta de frutos silvestres	N	S
	Colecta de vegetais selvagens	N	S
	Colecta de plantas medicinais	N	S
	Colecta/ destruição de térmitas / montes de térmitas	N	S
	Colecta de insectos e larvas (sim destruir as árvores)	N	S
	Colecta de lenha	N	S
	Colecta de mel (sim danificar árvores ou queimadas)	N	S
	Colecta de vinho de palmeira (sim danificar as palmeiras)	N	S
Queimadas e usos florestais	Produção de carvão baseada em plantações florestais	N	C
	Produção de carvão baseada nas florestas naturais	N	N
	Corte de árvores para o uso próprio (vivendas, etc.)	N	S
	Corte de árvores com fins comerciais	N	C
	Queimadas não controladas de floresta	N	N
Acesso	Acesso através da área – 24 horas	N	S
	Acesso pela Estrada principal – 24 horas	S	S
Caça e pesca	Caça	N	C
	Pesca	N	C
	Posse de armas	N	C
Agricultura em pequenas superfícies	Queimadas controladas de florestas para limpeza de terra para agricultura	N	S
	Cultivos de subsistência e comerciais	N	S
Agricultura em superfícies maiores	Queimadas controladas de florestas para limpeza de terra para agricultura	N	C
	Cultivos comerciais e agro-industriais	N	C
Agro-florestal	Sistemas agro-florestais (sem remoção dos arvores)	N	S
Animais e pecuária	Criação de animais domésticos em pequena escala	N	S
	Gado e outros animais domésticos em grande escala	N	C
	Criação de fauna bravia	N	C
Habitação	Construção de Vivendas, infra-estruturas e equipamentos	C	C
Outras	Actividades de mineração	N	N
	Invasão ou desenvolver actividades fora dos territórios de habitação e uso dos recursos das comunidades	N	C
	Outras actividades não enunciadas	C	C
N = não	S = sim	C = condicionado a aprovação de planos de manejo ou as autorizações das autoridades competentes e as disposições adicionais que o PNL estabelecer para assegurar as funções da ZT.	



5.1.2 A redelimitação da zona tampão

Considerando as demandas das comunidades e sobre a base dos estudos feitos nos últimos anos, o parque estabelece uma nova delimitação da zona tampão. Nessa delimitação foi incluída grande parte da antiga *zona de uso dos recursos* e uma parte do sul das zonas centrais do parque.

Mapa 5: Delimitação tentativa da zona tampão





A superfície incluída na zona tampão é de 2.349 km² o que corresponde ao 20,9 % da área do parque. A zona tampão deve ser demarcada no terreno com a participação das comunidades. Acomodações que resultem em (1º) uma maior otimização de suas funções de transição, amortecimento e conectividade para a fauna bravia nos corredores biológicos, e (2º) contribuam para minimizar os conflitos de uso dos recursos e a aceitação das comunidades, poder ser incluídas durante a demarcação.

5.1.3 A vedação no sul da zona tampão

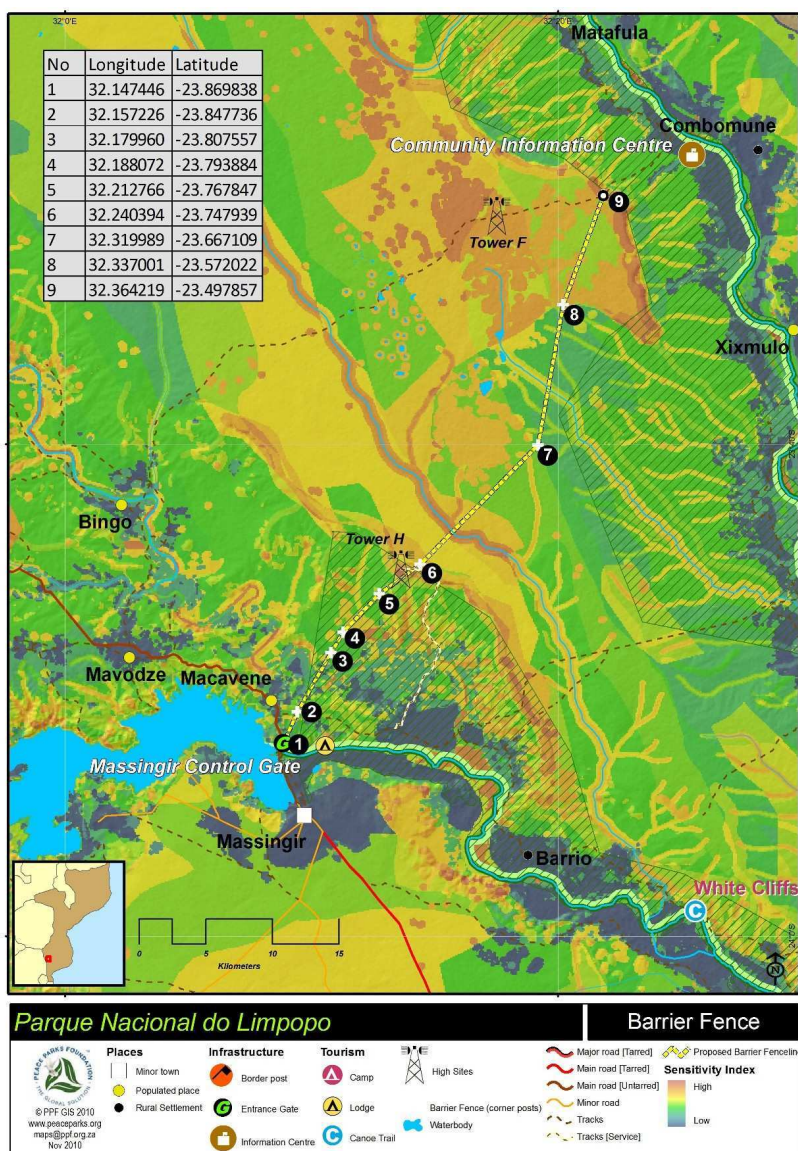
Desde a proclamação do PNL em 2001 a diversidade e o número da fauna bravia aumentou através da translocação de animais, a iniciada remoção da vedação do parque Kruger e as actividades de fiscalização e sensibilização nas comunidades. Considerando que a grande parte da população habita nas margens dos rios e que a expansão da fauna bravia representa riscos para as comunidades e seu gado, e com o fim de diminuir os conflitos entre as pessoas e os animais bravios, uma vedação vai ser erguida no sul do parque. A vedação vai cumprir as seguintes funções:

1. Barreira sanitária para impedir a transmissão de enfermidades (tuberculose, febre aftosa, etc.) entre a fauna bravia nas zonas centrais ao norte e o gado ao sul da vedação.
2. Acautelar as incursões dos elefantes e leões nas aldeias, machambas e áreas de pastoreio das comunidades.
3. Prevenir a expansão do gado nas zonas centrais do parque.

Através de uma vedação de cerca de 56 km de extensão, uma grande superfície da zona tampão vai ser protegida. O projecto foi apresentado para a obtenção da licença ambiental e espera para ser realizado durante o ano 2011.



Mapa 5: localização tentativa da vedação



5.1.4 Os corredores de biodiversidade

Com o objectivo de promover a conectividade da fauna bravia com o Parque Nacional de Banhine e com o Parque Nacional Gonarezhou no Zimbabwe no quadro da Grande Área de Conservação Transfronteiriça (ACTF), o parque vai estabelecer corredores de biodiversidade que cruzarão a zona tampão e onde existirão maiores restrições para o uso dos recursos naturais (Cap. 5.1.1).

É preciso concertar a localização final dos corredores com as comunidades que poderiam estar afectadas para assim diminuir os conflitos potenciais e envolver as próprias comunidades na protecção das áreas. Ao mesmo tempo os corredores têm um potencial para o desenvolvimento de alternativas sustentáveis de geração de rendimento que maximizam os benefícios do parque para as comunidades, como o estabelecimento de áreas de campismo sob a responsabilidade das populações locais.



A localização dos corredores será definida sobre a base dos estudos disponíveis e acordos com as comunidades que serão afectadas. A componente de Gestão da Fauna Bravia do Programa de Protecção vai providenciar uma proposta de corredores da biodiversidade. Como cada uma das comunidades envolvidas serem assinados convénios específicos de co-maneio dos corredores.

Mapa 7: localização tentativa dos corredores



5.1.5 O reassentamento na zona tampão

Um total de 8 comunidades que habitam nas zonas centrais do parque serão reassentadas, cinco delas na zona tampão.



Quadro 5: Comunidades a serem reassentadas na zona tampão

Origem	Destino	Pessoas	Observações
Macandazulo A	Salani	408	A localização específica do reassentamento deve ainda ser concertada com as comunidades
Macandazulo B			
Chimangue	Mabalane	485	
Machamba		632	
Mavodze	Macuachane	2099	

O reassentamento das comunidades para a zona tampão está sendo organizado pelo Programa de Reassentamento. O PAC vai incluir as comunidades reassentadas na zona tampão nas actividades de protecção e desenvolvimento local sustentável a implementar.

Mapa 8: Origem e destino das comunidades a reassentar





5.1.6 Estratégia de sensibilização e educação ambiental

O sucesso do maneio e desenvolvimento sustentável da zona tampão e do PNL em termos mais gerais, depende substantivamente da aceitação, envolvimento e compromisso das comunidades locais. Com o **objectivo** de incrementar a aceitação para o parque e promover a consciência ambiental nas comunidades vai ser desenvolvida uma estratégia de sensibilização e educação ambiental.

Os grupos-alvo principais da estratégia são as comunidades da zona tampão e as comunidades circundantes. Os multiplicadores identificados inicialmente são as escolas, os líderes religiosos, as autoridades locais, organizações comunitárias, ONG's activas no território e rádios locais.

A aproximação inclui o desenvolvimento de módulos curriculares para as escolas, capacitação dos professores e alunos, líderes religiosos e comunitários e ONG's, desenvolvimento de actividades teatrais, workshops, materiais impressos, programas de radio, projectos comunitários, etc.

Uma consultoria vai propor a estratégia geral e experiências pilotos serão desenvolvidas durante 2011 para afinar a estratégia.

5.2 Desenvolvimento local sustentável

A linha estratégica centrada no desenvolvimento local sustentável da zona tampão baseia-se na integração de (1º) organização das comunidades; (2º) a melhoria da acessibilidade rodoviária; (3º) alternativas de geração de rendimento; (4º) a transformação dos conflitos; (5º) um fundo de iniciativas locais ambientais e (6º) subsídios a elaboração de estratégias locais orientadas ao desenvolvimento sustentável.

5.2.1 Organização das comunidades

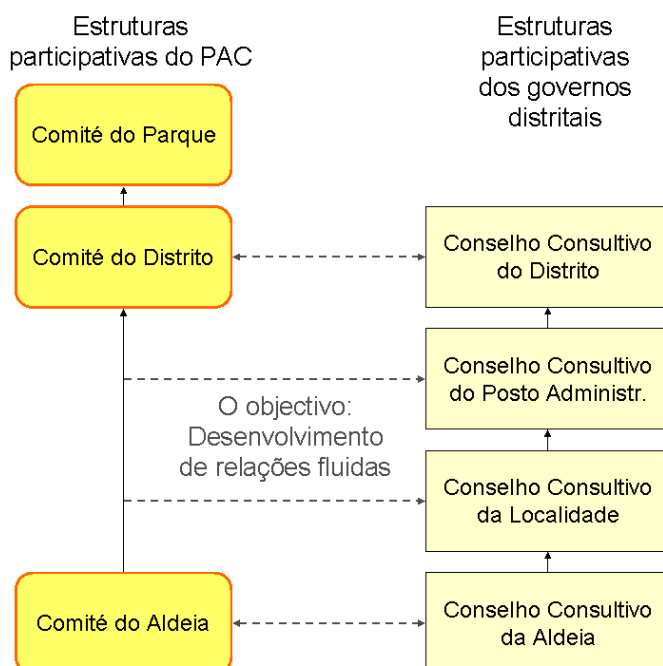
Como forma de organizar a participação das comunidades na gestão da zona tampão existem 44 Comités de Aldeias, três Comités Distritais e um Comité do Parque. Os Comités de Aldeias elegem seus representantes nos Comités Distritais e aqueles elegem os 12 representantes (4 por distrito) que compõem o Comité do Parque. As **funções** dos Comités são:

1. Representar as comunidades frente ao PNL.
2. Viabilizar o diálogo entre as comunidades e o PNL.
3. Promover e coordenar acções do PAC nas comunidades.
4. Perceber e utilizar o 20% da receita do PNL de acordo as normas vigentes.
5. Apresentar propostas para a zona tampão.
6. Facilitar o contacto do pessoal do PNL nas comunidades.

Nos últimos anos Moçambique introduz os Conselhos Consultivos como instâncias de participação nos diferentes níveis do Estado, desde as aldeias, passando pelas localidades e os postos administrativos até ao nível distrital. O parque tem a intenção de incrementar o intercâmbio, a coordenação e cooperação com os Conselhos Consultivos nos diferentes níveis de organização.



Quadro 6: Níveis de organização dos Comitês e Conselhos Consultivos



5.2.2 Acessibilidade rodoviária

A conectividade é uma das condições imprescindíveis para integração das populações locais nos processos de mercado e sua participação dos benefícios da sociedade. A rede rodoviária do parque encontra-se num estado muito degradado. Em especial a estrada que liga as aldeias nas margens do rio Limpopo apresenta condições que impedem a circulação na época chuvosa. Por essas razões o parque decidiu a reabilitação da rede rodoviária. Actualmente esta em curso a elaboração de um estudo de viabilidade que inclui a comparação de duas alternativas para a estrada nas margens do rio Limpopo:

1. a manutenção do trajecto actual nos solos fluviais e cruzando as aldeias, e
2. um trajecto nos limites entre a zona tampão e as zonas centrais do parque.

O estudo também incluirá a análise de pontos para cruzar o rio dos Elefantes. Os critérios que devem ser tomados em conta são a rede existente, as limitações físicas para a construção, a contribuição para conectividade ao redor regional do ACTF, o impactos nas comunidades e na protecção da biodiversidade, o suporte do turismo e os custos totais do empreendimento.

**Mapa 9: Trajecto tentativa da estrada**

5.2.3 Geração de rendimento

A geração de rendimentos locais orientados a sustentabilidade é um aspecto chave da gestão da zona tampão. A estratégia baseia-se na integração de diversas iniciativas como (1º) os sistemas de rega; (2º) a difusão do cultivo de piri-piri através de esquemas de comercialização internacional, logrando ao mesmo tempo a difusão de práticas para a mitigação dos conflitos entre pessoas e animais; (3º) a preparação das comunidades para o desenvolvimento de actividades de turismo; e (4º) a identificação participativas de outras áreas e projectos a desenvolver.

5.2.3.1 Sistemas de regadio

O PAC iniciou durante 2010 seis projectos-piloto de rega nas comunidades de Cunze, Munhamane, Psitima, Nyanga Nyanga, Lissenga e Mbeti. Adicionalmente o programa



vai começar um ou dois projectos de rega numa área de reassentamento de comunidades fora da zona tampão.

Ademais do objectivo de geração de rendimento (através da produção de excedentes para sua comercialização) os projectos de rega promovem um incremento da produtividade nas machambas como contribuição a segurança alimentar e a redução da pressão sobre os recursos, principalmente a terra. Os projectos-piloto contam com a assistência técnica de DED/GTZ até o final de 2010.

No ano 2011 serão implementados seis projectos de rega na zona tampão. E para o ano 2012 o PAC espera poder implementar igual número de projectos de rega adicionais. A implementação e o acompanhamento dos projectos de rega a partir de 2013 vai depender principalmente da disponibilidade de recursos financeiros.



Para o acompanhamento dos projectos de rega existentes e a instalação e acompanhamento dos produtores nos novos projectos de rega o parque vai contratar temporariamente três extensionistas agrícolas com experiência em regadio e agricultura de escala comunitária. Para garantir os serviços de topografia necessários na implementação dos sistemas de rega por gravidade o PNL vai estabelecer acordos de cooperação com os governos distritais. No distrito de Massingir será adicionalmente estabelecido um acordo com o governo distrital para cooperar no acompanhamento dos projectos de rega. O oficial de apoio comunitário vai conduzir, coordenar e supervisionar o trabalho dos extensionistas e do topógrafo.

Para o apoio dos produtores em aspectos organizacionais, financeiros e administrativos vão ser envolvidas as ONG's.

5.2.3.2 Cadeias de valor baseadas no piri-piri

Um dos desafios mais grandes da zona tampão é a conciliação entre a protecção da fauna bravia e a melhoria das condições de vida das populações locais. Considerando que os conflitos entre pessoas e animais são frequentes a identificação de alternativas que poderão contribuir para ambos objectivos merecem uma especial atenção. Este é o caso da produção do piri-piri para repelir aos elefantes das machambas e gerar



rendimentos através de sua comercialização no esquema de cadeias de valor baseadas nas parcerias entre os pequenos produtores locais e empresas internacionais.

Os produtores locais recebem capacitação e assistência técnica no cultivo de piri-piri e a possibilidade de aceder aos mercados internacionais recebendo preços mais favoráveis para seus produtos. Ao mesmo tempo o piri-piri actua como repelente para os elefantes protegendo os cultivos das comunidades. As empresas internacionais utilizam as parcerias com os produtores locais e as contribuições para o meio ambiente e para o alívio a pobreza como elementos da responsabilidade social das empresas (RSE) em suas estratégias de marketing.

No marco das actividades na zona tampão o PNL tem a intenção de promover o cultivo de piri-piri nas áreas incluídas nos projectos de regadio. Os passos principais são:

1. Identificação de terras apropriadas para o cultivo de piri-piri de alto valor comercial e acordos com os grupos de produtores a envolver.
2. Capacitação dos oficiais de apoio comunitário, dos extensionistas, das ONG's e promotores comunitários sobre a aplicação de métodos adequados de controlo dos animais bravios, protecção dos cultivos e produção do piri-piri.
3. Sensibilização das comunidades e capacitação, assistência técnica e o acompanhamento dos produtores através de extensionistas e ONG's.
4. Capacitação e acompanhamento dos produtores em aspectos organizacionais e de comercialização através de ONG's.
5. Geração de vínculos de negócios (business linkages) com empresas internacionais de produção de molho de pipi-piri.
6. Publicidade dos projectos e produtos.

Para pôr em pratica a iniciativa vai ser estabelecido um contrato com Piri-Piri Elefante Moçambique (ou outra empresa especializada) que vai providenciar a capacitação e assistência técnica e assegurar a compra do produto por um prazo de ao menos três anos. ONG's com presença no território vão ser envolvidas na extensão e acompanhamento dos produtores.

5.2.3.3 Promoção da arborização

As necessidades de lenha e materiais de construção levaram a cortar quase todas as árvores nas aldeias (áreas de habitação) da zona tampão. Ao mesmo tempo existe o interesse das comunidades de desenvolver actividades lucrativas como a produção de carvão. Com os objectivos de arborizar as aldeias com fruteiras e árvores de sombra e gerar condições para uma futura aproveitamento florestal baixo esquemas sustentáveis, o parque vai promover a arborização em pequena escala nas comunidades.

As actividades de arborização vão ser atendidas pela equipa de geração de rendimentos que contará com extensionistas nos três distritos. Experiências piloto de viveiros vão ser integradas nos projectos de rega das comunidades que estiverem interessadas e que mostrarem as maiores capacidades organizacionais. A partir das experiências piloto a criação de viveiros vai ser expandida nesses projectos de rega que lograrem a maior



consolidação nos anos seguintes. As comunidades receberão as sementes e capacitação no estabelecimento de viveiros, na plantação e manejo das árvores.

Serão subsidiados esquemas diversificados de silvicultura comunitária com uso de espécies nativas, fruteiras, de sombra, rápido crescimento, uso múltiplo e potencial agro-florestal ou silvo-pastoril. Não serão subsidiadas nem permitidas na zona tampão monoculturas de espécies exóticas e sistemas silvícolas de corte raso.

5.2.3.4 Turismo baseado nas comunidades

Desde a criação do PNL existe a intenção de promover a geração de rendimento através de iniciativas de turismo baseado nas comunidades. Assim é como o plano do PNL de 2003 estabeleceu como princípio orientador que o turismo será usado como uma ferramenta para o empoderamento e benefício financeiro das comunidades locais.

O planeamento actual do PNL prevê o desenvolvimento de um dos seguintes projectos de campismo básico:

1. **Campismo no Salane:** localização na margem sul do rio Lilau no este da estrada, aproveitando a circulação de turistas entre o posto fronteiriço de Pafuri através de Mapai para as praias do litoral. Campismo básico que será manejado pelas comunidades de Chicualacuala. O Comité do Distrito decidiu investir sua parte dos 20% da receita do parque no desenvolvimento do campismo. Existe uma aprovação inicial da ideia pelo administrador do parque, mas ainda precisa ser identificada a localização mais adequada para o objectivo turístico considerando que a região apresenta uma alta intensidade de usos. A recomendação para as comunidades envolvidas é localizar o campismo mais no sul num dos corredores da biodiversidade que forem identificados.
2. **Campismo no Chicumbane:** localização aproximadamente a 4 km da aldeia em uma área florestal com rio perene, aproveitando a circulação de turistas entre o posto fronteiriço de Pafuri através de Mapai para as praias do litoral. A localização exacta deve ser conferida, podendo ficar nas zonas centrais do parque e não na zona tampão. A área seleccionada tem potencial para ter valor histórico. O líder da comunidade encaminhou uma solicitação para desenvolver o campismo numa área de 7 hectares como empreendimento privado.

A recomendação é desenvolver nos próximos dois anos um dos campismos e dependendo da evolução da procura desenvolver o outro projecto. O PAC vai providenciar assistência técnica, acompanhamento no processo de instalação e dependendo da disponibilidade financeira subsídios a serem negociados com os respectivos promotores das propostas.

O estabelecimento de um **lodge na margem norte do rio dos Elefantes**, a uma distancia aproximada de 4 km da barragem de Massingir, foi decidida pelo comité do distrito de Massingir como parte da utilização dos 20% da receita do parque. O sítio encontra-se numa colina de 200 m com vista para o rio dos Elefantes e uma distância de 1 km da estrada existente. Um aceso deverá ser construído. O local tem um potencial para a vista de fauna bravia no PNL, o desenvolvimento de actividades aquáticas no rio dos Elefantes e a comercialização de artesanato e produtos locais. O comité de



Massingir recebe o apoio do Projecto Hluvuka (consórcio de ONG) no planeamento do projecto. O PAC vai providenciar assistência técnica, acompanhamento no processo de instalação e dependendo da disponibilidade financeira subsídios a serem negociados com os respectivos promotores das propostas.

Outras alternativas para o desenvolvimento de turismo baseado nas comunidades serão identificadas de maneira participativa (ver Cap. 5.2.3.5). Um dos oficiais de apoio comunitário vai-se especializar em turismo baseado nas comunidades.

5.2.3.5 A identificação participativa de outras alternativas

Ademais das iniciativas antes apresentadas é necessário identificar junto das comunidades, os governos distritais, as ONG's e outros actores do território opções e projectos adicionais de geração de rendimento.

No marco das acções de socialização e validação participativa da proposta do plano, do estudo da capacidade de carga e da completação da linha de base será promovido um diálogo com os actores para identificar outros projectos e iniciativas de geração de rendimento que poderão ser desenvolvidas na zona tampão.

5.2.4 Transformação dos conflitos

Na zona tampão ocorrem conflitos homem-animal e conflitos interpessoais ou intercomunitários pelos recursos naturais. Estes conflitos, como também a própria declaração da área de conservação com suas restrições para o uso dos recursos, resultam em uma conflituosidade potencial que deve ser atendida na gestão da zona tampão.

Face às diferentes situações a intenção do parque não é só resolver conflitos pontuais no curto prazo mas também promover mudanças nas interações e atitudes que resultem na **transformação dos conflitos** em relações de convivência pacífica.

5.2.4.1 Uma estratégia pró-activa para os conflitos homem-animal

Uma das maiores preocupações exteriorizadas pelas comunidades é a ocorrência de situações nas quais a fauna bravia destrói as culturas (elefantes, macacos, hipopótamos, pássaros), abate o gado (leões), assusta, fere ou mata as pessoas (elefantes, hipopótamos, leões, crocodilos e búfalos). O programa de protecção e fauna bravia conta com medidas reactivas, mais existe a necessidade de desenvolver um enfoque pró-activo para enfrentar os conflitos entre as pessoas e os animais, os chamados *conflitos homem-animal* (CHA).

A recorrência dos CHA tem implicações sérias na própria conservação já que acrescenta a animosidade das comunidades rurais em relação a fauna bravia. Tais interações negativas têm o potencial de prejudicar os objectivos de conservação da biodiversidade no longo prazo, porque muitas vezes as comunidades expressam sua raiva através da invasão das áreas de conservação, a caça ilegal e o uso indiscriminado dos recursos.



Com os objectivos de (1º) rever as informações sobre ocorrência de CHA no PNL, (2º) avaliar as medidas de mitigação implementadas e planeiadas e (3º) delinear uma estratégia de longo prazo para o manejo de CHA, uma consultoria de curto prazo vai ser encaminhada no final de 2010 e princípios de 2011.

A estratégia deverá basear-se numa aproximação múltipla que integre medidas passivas (como a vedação ou postos de observação nas machambas) com medidas activas (como alarmes sonoros ou a protecção das culturas com emulsões de piri-piri). As medidas devem ter um potencial significativo para a diminuição dos CHA, mais também para promover uma atitude de aceitação para a convivência com a fauna bravia nas comunidades. Ao mesmo tempo as medidas devem ser adequadas no contexto social, económico, ambiental e institucional da zona tampão. Medidas de baixo custo, fácil aplicação pelas comunidades e grande potencial de sustentabilidade no médio e longo prazo receberão uma atenção prioritária na estratégia.

5.2.3.2 Geração de capacidades para enfrentar conflitos ambientais é nas comunidades

Conflitos entre as pessoas, grupos, comunidades, etc. existem o tempo todo, são parte da própria existência humana. Existem meios alternativos de resolução de conflitos como a negociação e a mediação que permitem enfrentá-los de maneira pacífica sem requerer a intervenção da força pública e dos tribunais. Com a crescente pressão sobre os recursos naturais e as restrições de uso na zona tampão se acrescentam os conflitos entre as comunidades, e se vai engendrando um possível conflito ambiental de grande envergadura entre as comunidades e o parque.

Com o objectivo de (1º) atenuar a escalada do conflito potencial entre as comunidades e o parque e (2º) difundir a transformação de conflitos nas comunidades, o PAC vai capacitar o seu próprio pessoal e difundir gradualmente os enfoques de negociação e mediação comunitária através dos comités e os promotores comunitários. Ao mesmo tempo o PAC vai desenvolver capacidades próprias de comunicação, facilitação, trabalho de equipa e construção colectiva para gerar e promover praticas de interacção que evitem o surgimento de novos conflitos. Um programa (curricula) de capacitação que inclui estes aspectos vai ser desenvolvido no marco deste plano (ver Cap. 5.3.2).

5.2.5 Fundo de iniciativas locais ambientais

Como um meio para incrementar os benefícios tangíveis, a aceitação e motivação das comunidades com os assuntos do parque; como via para promover o empoderamento das comunidades e o co-manejo; e como forma de gerar capacidades nas comunidades e promover o fortalecimento do capital social, um fundo para financiar pequenos projectos das comunidades vai ser implementado.

O fundo vai ser estabelecido anualmente dependendo da disponibilidade de recursos financeiros. O fundo financiará pequenos projectos até uma soma de aprox. EUR 2500,00 que forem apresentados colectivamente por **grupos** de moradores, produtores, organizações e instituições comunitárias (incluindo as escolas, igrejas, associações, postos de saúde, os comités de aldeia, etc.). Em casos justificados poderão ser



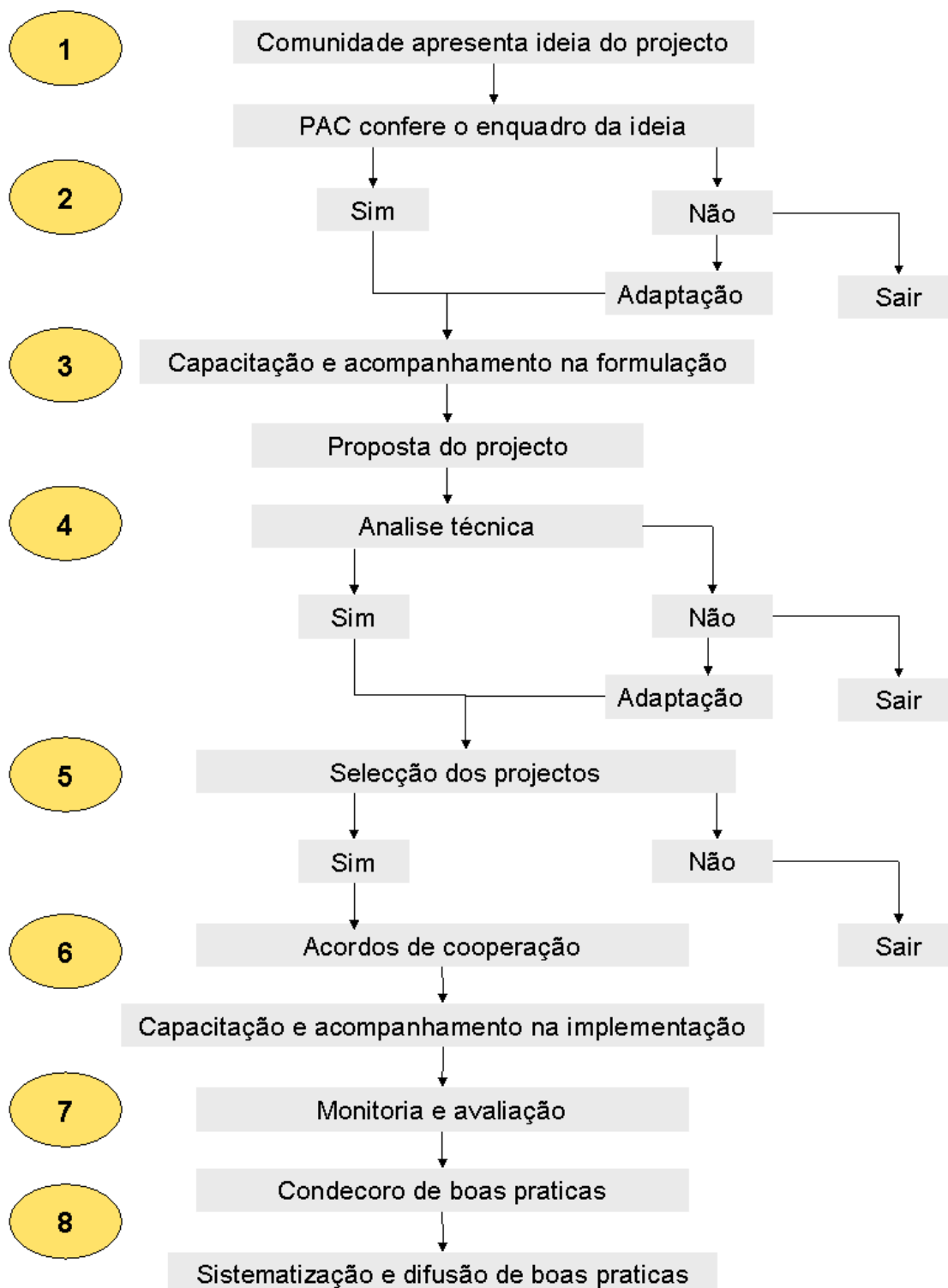
subsidiados projectos com um custo superior e iniciativas individuais que tivessem um benefício significativo nas comunidades. O PAC definirá o regulamento do fundo. O procedimento deve incluir os seguintes passos:

1. As comunidades interessadas em apresentar projectos encaminham suas ideias de forma oral ou escrita (através dos promotores, oficiais de ligação, comités de aldeias ou ONG's e governos distritais). Em caso de propostas orais o respectivo receptor elaborará um texto com os aspectos centrais e os dados do grupo que apresentou a proposta e encaminhara para o PAC.
2. O PAC vai conferir inicialmente em consultas com os Comités Distritais que as ideias representem uma contribuição para os objectivos da zona tampão, que o benefício da implementação do projecto seja colectivo (e não individual) e que as propostas sejam adequadas no contexto de execução.
3. Os proponentes das iniciativas que cumprem com os critérios iniciais receberão capacitação e acompanhamento na formulação dos projectos. O PAC estabelecerá um formato para apresentação dos projectos. A capacitação e o acompanhamento devem resultar em propostas de projectos que:
 - evidenciem a contribuição específica do projecto para a protecção dos recursos, o desenvolvimento local sustentável ou para o desenvolvimento de capacidades nas comunidades,
 - cumpram as exigências mínimas para o uso de recursos financeiros públicos ou de cooperação internacional, e
 - estabelecerem as contrapartidas dos beneficiários e os arranjos organizacionais para garantir sua execução no tempo estipulado.
4. As propostas de projectos serão revistos pelo PAC com o apoio do administrador financeiro e outros programas do parque para verificar os aspectos indicados anteriormente e elevar as recomendações técnicas e administrativas.
5. Os Comités dos Distritos juntamente com representantes dos governos distritais, das ONG's, o coordenador do PAC e um representante do PIU vão seleccionar as propostas a serem desenvolvidas. Na selecção deverão ser evitados possíveis conflitos de interesse.
6. Com os responsáveis das iniciativas seleccionadas serão estabelecidos acordos de cooperação. Os grupos envolvidos receberão capacitação e acompanhamento na implementação dos projectos.
7. A implementação será monitorizada e avaliada pelo PAC.
8. Aqueles projectos com boas práticas receberão um reconhecimento especial através de prémios, sistematização e difusão das experiências.

O fundo inicial para o ano 2011 será de 50.000 euros e para o ano 2012 de 100.000. A implementação posterior do fundo dependerá de disponibilidade de recursos financeiros e da avaliação da experiência.



Gráfico 3: Fluxograma do fundo de iniciativas ambientais locais





5.2.6 Apoio a formulação de estratégias locais de desenvolvimento sustentável

Com os objectivos de abrir o debate sobre o desenvolvimento local nas comunidades e facilitar a coordenação e cooperação com os governos distritais, os conselhos consultivos, o governo provincial, ONG's e outros actores envolvidos no desenvolvimento da zona tampão o parque vai subsidiar a elaboração de planos, estratégias ou agendas orientadas ao desenvolvimento local sustentável nos níveis de aldeias, localidades e postos administrativos (quando a maioria das comunidades incluídas no posto administrativo se encontrarem na zona tampão). Para a canalização dos subsídios serão encaminhados acordos de cooperação com os respectivos conselhos consultivos ou governos distritais.

5.3 Desenvolvimento institucional para a gestão da zona tampão

O desenvolvimento institucional é uma condição iniludível para a gestão da zona tampão. A estratégia inclui aspectos internos como o desenho institucional do PAC, a capacitação dos recursos humanos, ideias iniciais para a sustentabilidade financeira, e a introdução da gestão do conhecimento; e aspectos externos que apontam as relações com outros actores, como a coordenação e cooperação com os actores do território e passos iniciais para uma estratégia de comunicação social.

5.3.1 Funções e estrutura de gestão do programa de apoio comunitário

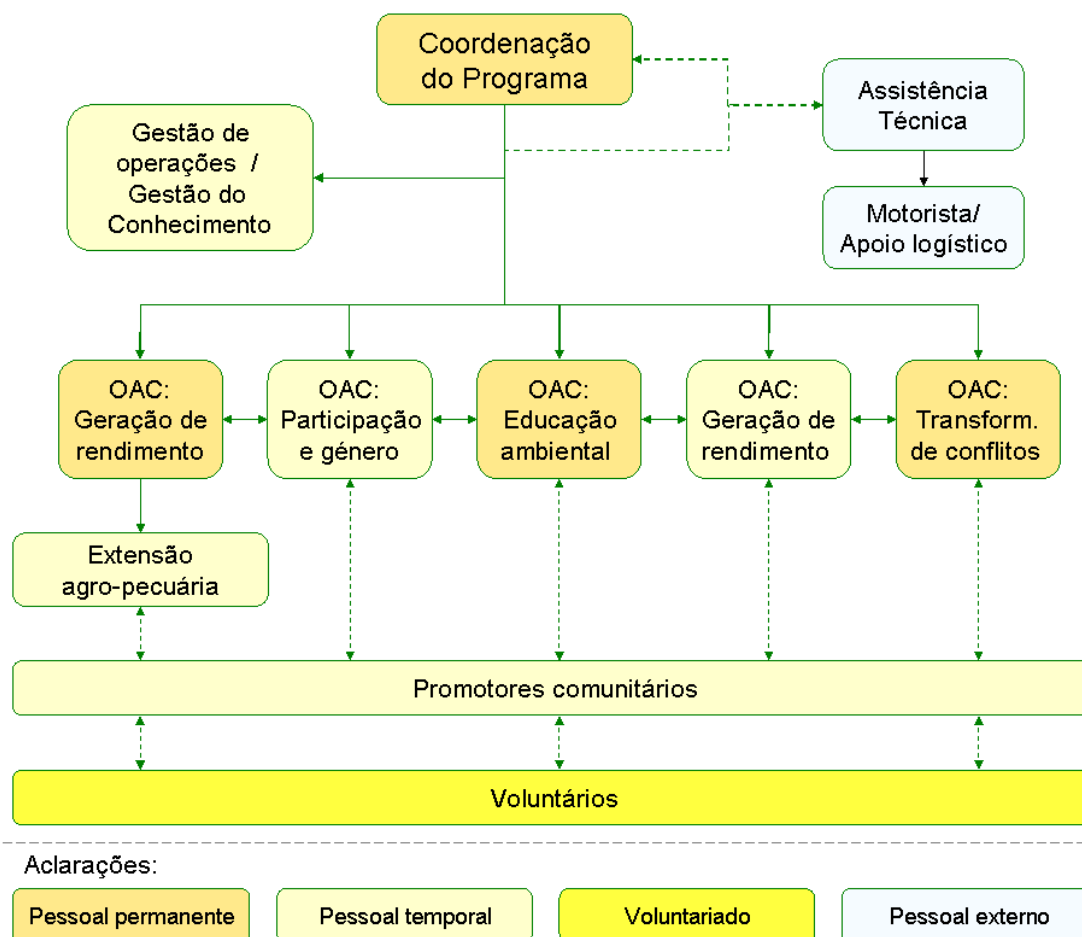
O Programa de Apoio Comunitário (PAC) é responsável da implementação do plano na zona tampão. A implementação do plano implica a necessidade de desenvolver sua estrutura e capacidades de acção. Ao mesmo tempo deve ser tomado em conta que os recursos humanos e materiais não podem ser acrescentados significativamente. Considerando as dimensões do desafio e as limitações dos recursos definimos as seguintes **funções centrais do programa**:

1. Elaborar os planos da zona tampão, planos operativos do PAC e orçamentos relacionados.
2. Coordenar a implementação dos planos.
3. Supervisar as ONG's e outros prestadores de serviços que executam projectos e actividades.
4. Garantir a gestão do conhecimento.
5. Gerir os orçamentos do programa.
6. Promover as relações com as comunidades, os governos distritais e outros actores no território.
7. Assegurar a coordenação com os outros programas do parque.
8. Identificar oportunidades de cooperação e apresentar projectos.



Para desenvolver essas funções o PAC contará com a seguinte estrutura organizativa.

Gráfico 4: Estrutura organizativa do PAC



Uma parte do pessoal do PAC será contratado temporariamente através dos recursos de cooperação internacional disponíveis actualmente. A médio prazo o PNL precisa captar recursos adicionais de cooperação e desenvolver mecanismos adicionais que contribuam para a sustentabilidade financeira da gestão.

As funções principais do pessoal, da assistência técnica e dos promotores comunitários são apresentadas no seguinte quadro, mas o PAC definirá descrições dos postos de trabalho ou termos de referência com um maior detalhe para cada cargo.

Salientar que os promotores comunitários não formam parte do pessoal do PAC e receberão um subsídio correspondente a fracção de tempo de trabalho mensal a acordar com o PAC e capacitação. O PAC vai apoiar seu desempenho através de equipamento, transporte, capacitação e outros subsídios.

Abaixo dos promotores estarão os voluntários que podem ser pessoas colectivas ou singulares.



Quadro 7: Descrição das funções principais dos diferentes cargos

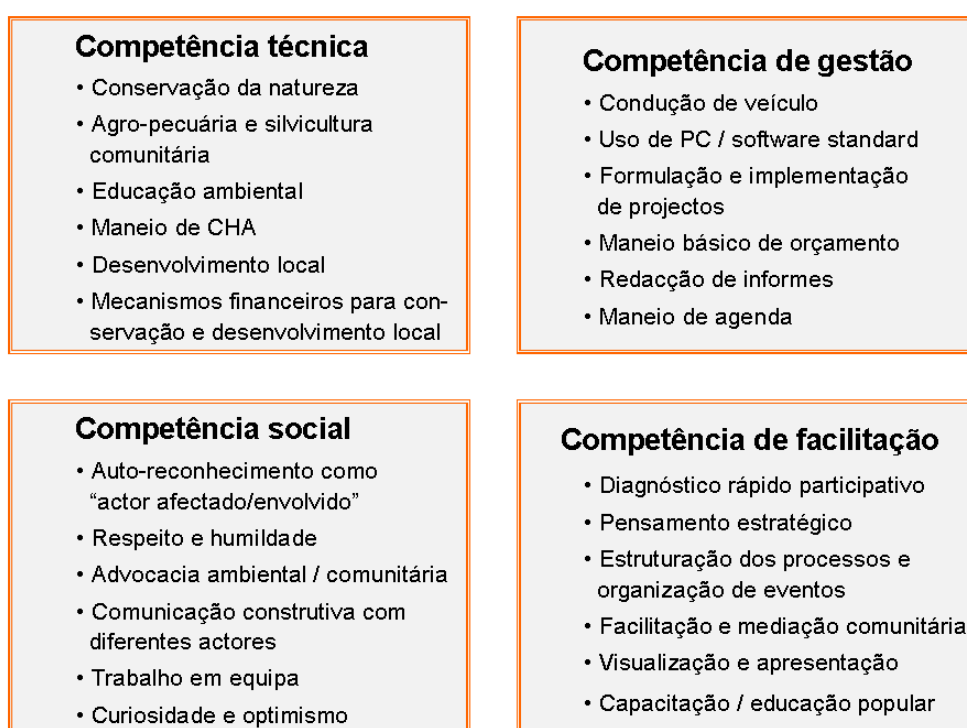
Cargo	Funções principais
Coorde-nador	<ul style="list-style-type: none"> • Condução geral do PAC e da implementação do plano para a zona tampão. • Preparação dos planos operativos com o resto da equipe. • Coordenação com os outros programas do PNL, a PIU e outras unidades. • Interação com o Comité do Parque e os Comités Distritais. • A representação do PAC frente a actores de governo, da sociedade civil e da cooperação internacional. • A validação dos documentos oficiais do PAC. • Selecção e supervisão do pessoal do PAC. • Identificação de oportunidades de cooperação e formulação de projectos orientados as comunidades e a zona tampão.
Gestor de operações	<ul style="list-style-type: none"> • Assistir o coordenador nas suas funções. • Preparação dos contratos e acordos de cooperação. • Seguimento do plano operativo, actividades, projectos, contratos e acordos do PAC. • Gestão do conhecimento (sistema de monitoria e maneio da documentação). • Sub-rogação do coordenador quando fosse necessário. • Coordenação logística, procura e controle do inventário.
Oficiais de apoio comunitário (OAC)	<ul style="list-style-type: none"> • Diálogo contínuo com comunidades, governos distritais e outros actores no território. • Coordenação das acções temáticas no território. • Supervisão das ONG's e outros prestadores de serviços. • Assistência e acompanhamento das comunidades na elaboração e implementação de projectos locais. • Dinamização dos Comités de Aldeia e Comités Distritais. • Promoção de acções no território. • Monitoria dos projectos e indicadores no território.
Extensio-nistas	<ul style="list-style-type: none"> • Assistir as comunidades na implementação e uso dos sistemas de rega. • Assistir as comunidades em actividades de geração de rendimento ligadas a agropecuária e arborização. • Cooperar com as ONG's envolvidas no apoio organizacional dos produtores.
Promotores comunitários	<ul style="list-style-type: none"> • Ligação entre as comunidades e o PAC. • Promoção de acções e da organização nas comunidades. • Maneio da documentação dos Comités de Aldeia. • Referente das aldeias para as acções do parque. • Apoio da equipe e dos técnicos externos na implementação das acções nas aldeias.
Assistência técnica de longo prazo (externo)	<ul style="list-style-type: none"> • Assessoria de processos e o acompanhamento do coordenador na condução do PAC, implementação do plano da zona tampão e desenvolvimento de estratégias de sustentabilidade financeira. • Preparação, supervisão e monitoria de assistência técnica de curto prazo em aspectos especiais do desenvolvimento das funções do PAC. • Assistência do gestor de operações na preparação e seguimento das acções e na gestão do conhecimento. • Dinamização e promoção do trabalho de equipa, da gestão por resultados e do desenvolvimento das capacidades no PAC. • Capacitação e acompanhamento dos OAC. • Seguimento dos projectos de cooperação internacional relativos ao PAC.
Motorista - logístico (externo)	<ul style="list-style-type: none"> • Transportar a equipa e consultores do PAC. • Apoiar o gestor de operações nos aspectos logísticos, procura e no controle do inventário.



5.3.2 Capacitação dos recursos humanos para a gestão da zona tampão

A implementação do plano requer capacidades na equipa do PAC, nos promotores comunitários e nas ONG's ou outros actores envolvidos nas acções. A continuação apresenta-mos o perfil geral necessário para o trabalho de apoio comunitário. O perfil focaliza nas funções dos Oficiais de Apoio Comunitário (OAC) mais as competências identificadas puderem ser úteis para outros actores envolvidos no maneio e desenvolvimento da zona tampão (ONG's, outros programas do PNL, etc.). Aspectos muito específicos de certas acções puderem não estar cobertos no perfil e precisam ser desenvolvidos adicionalmente.

Gráfico 5: Perfil geral de competências para o apoio comunitário na ZT



O desenvolvimento desse perfil requer de **capacitação baseada no enfoque de competências**, que integra a transferência de *conhecimentos*, a promoção de *habilidades* através da orientação pratica e a indução de *atitudes* necessárias nos participantes através de reflexão continua.

O PAC vai contratar uma consultoria de curto prazo para desenvolver um programa modular (curricula) de capacitação nestas competências. Na implementação do programa modular serão envolvidas universidades, centros de formação técnica, empresas e consultores individuais. Sempre que for possível a capacitação vai ser implementada no parque ou nas vilas circunvizinhas. E na medida do possível o parque vai procurar estabelecer um acordo de cooperação com um centro de formação acreditado para garantir que os participantes recebam um certificado da formação. A oferta de capacitação estará aberta para os governos distritais, as ONG's com presença



no território e as estruturas de apoio comunitário de outras áreas protegidas no Moçambique.

5.3.3 Coordenação e cooperação com os actores do território

O parque tem a intenção de cooperar estreitamente com os actores do território, passar gradualmente o maneio e desenvolvimento da zona tampão para os governos distritais e envolver desde o início as ONG's na implementação do plano. Contractos de serviço com as ONG's que irão desenvolver acções nas comunidades serão assinados, por exemplo no apoio organizativo aos produtores locais.

Acordos de cooperação entre os governos distritais e conselhos consultivos serão encaminhados gradualmente para o desenvolvimento das actividades específicas que sejam de mútuo interesse, por exemplo, em relação aos projectos de rega no distrito de Massingir. Um potencial de cooperação ao curto prazo existe também no quadro da elaboração de estratégias locais orientadas ao desenvolvimento sustentável (ver Cap. 5.2.6).

Para facilitar o intercâmbio de informações e coordenar as respectivas intervenções o PAC vai convocar semestralmente encontros com os actores do território. Adicionalmente o PAC vai procurar manter um diálogo fluido com os governos distritais, as ONG's no território e os conselhos consultivos nos diferentes níveis.

5.3.4 Comunicação social

Um dos principais objectivos do PAC é desenvolver as relações com as comunidades para o seu envolvimento na gestão e desenvolvimento do PNL. Ao mesmo tempo o parque precisa desenvolver relações de cooperação e coordenação com os governos distritais, as ONG's que trabalham no território e outros actores relevantes. Neste contexto uma comunicação social que contribui para desenvolver relações construtivas transforma-se em um assunto estratégico.

5.3.4.1 Aclaração dos níveis de comunicação

O PAC precisa interagir com diferentes tipos de actores: as comunidades e suas organizações, os governos distritais com suas estruturas de intervenção, as ONG's que actuam no território, projectos de cooperação internacional, etc. Com o **objectivo** de aclarar responsabilidades o seguinte esquema vão orientar as interacções do pessoal do PAC. Não obstante, os níveis superiores poderão delegar atribuições nos níveis inferiores e outros arranjos formais poderão ser definidos durante a implementação.



Quadro 8: Níveis gerais de comunicação e interacção

Nível	Responsável principal para as interacções
Assinatura de contratos, convénios e compromissos	PIU
Decisões estratégicas da implementação do plano	
Interacções com os actores políticos nacionais e provinciais	Administrador do PNL ou coordenador do PAC
Declarações nos meios de comunicação	
Comité do parque	Coordenador do PAC e gestor de operações
Interacções com os actores políticos distritais	
Interacções com os actores técnicos na preparação e supervisão dos projectos e actividades	
Comités dos distritos	Coordenador do PAC, gestor de operações e OAC
Interacções com os actores técnicos no território na implementação dos projectos e actividades	OAC e extensionistas
Comités de aldeias	
Conselhos consultivos dos postos administrativos, das localidades e aldeias	
Líderes e a população nas comunidades	

5.3.4.2 Os Centros de Recursos

Um elemento central para a comunicação com as comunidades e outros actores do território são os Centros de Recursos. Um centro foi construído no Mahawane, outro será estabelecido em Mapai e mais um na área de Hasane. Os Centros são estabelecidos com o **objectivo** de desenvolver o empoderamento e a participação das comunidades na planificação, gestão e desenvolvimento do PNL. Suas funções principais são:

1. Aproximar o parque às comunidades e outros actores do território através da desconcentração das suas estruturas.
2. Construir confiança com as comunidades.
3. Facilitar o fluxo de informação e o diálogo contínuo entre o parque e as comunidades e outros actores do território.
4. Disponibilizar um local multi-uso onde podem ser desenvolvidos encontros, actividades de capacitação, amostras dos produtos locais (artesanato, turismo, etc.).
5. Apoiar os outros programas do parque na comunicação e relação com as comunidades e outros actores do território.
6. Providenciar apoio logístico aos projectos e actividades do PAC na respectiva região.



Os Centros formam parte das infra-estruturas do PNL e são geridos pelo PAC em coordenação com os outros programas com estruturas regionais. Em cada um dos Centros (Mapai, Mahawana e Hasane) serão delegados um oficial de apoio comunitário (OAC) para intervir nas respectivas regiões. Desde o centro administrativo do parque actuaram dois OAC que atenderão principalmente a região nas margens do Rio dos Elefantes onde existe uma concentração maior de população. Os oficiais terão um sistema de rotatividade entre os centros em cada 6 a 12 meses.

Mapa 10: Localização dos Centros de Recursos





Cada Centro contará com um espaço multiuso, escritório, oficina, cozinha, instalações sanitárias e habitação (para o pessoal do PAC), tecnologias de comunicação, mais o equipamento e materiais necessários para o desenvolvimento normal das funções estabelecidas.

Sempre que for possível as populações locais serão envolvidas nos serviços a desenvolver (apoio na organização, alimentação de participantes de capacitações e reuniões, limpeza, segurança e manutenção, etc.). Condições de uso e normas de funcionamento serão definidas para cada um dos Centros.

O Centro de Mahawane será habilitado a partir de Janeiro de 2011. Os Centros de Mapai e Hasane serão habilitados apenas estejam dadas as condições logísticas para seu funcionamento.

5.3.4.3 Tecnologias de informação e comunicação

Uma das dificuldades principais na zona tampão são as comunicações entre e desde as aldeias, principalmente nas margens do rio Limpopo. É por isso que o desenvolvimento das tecnologias de informação e comunicação (TIC's) é um assunto estratégico para o maneio e desenvolvimento da zona tampão. O PNL através do PAC e o Programa de Infra-estruturas vai iniciar conversações com os governos distritais e os provedores de TIC's (telefonía móvel, Internet, radiocomunicações e telefonía via satélite) para analisar as diferentes opções e promover a conectividade tecnológica na zona tampão. Critérios iniciais para a análise são a cobertura, os custos, a fiabilidade dos sistemas, a manutenção e a aceitação nas comunidades.

5.3.5 Opções de sustentabilidade financeira

A sustentabilidade do maneio e desenvolvimento é uma das principais preocupações do parque no momento de estabelecer o plano da zona tampão. Existe como mecanismo legal para o benefício das comunidades a transferência do 20% da receita do parque. Considerando que o desenvolvimento da receita nos próximos anos será lento, as expectativas de ingresso não são muito prometedoras.

A principal oportunidade potencial no momento é a concretização da Fundação para a Conservação e Biodiversidade (BIOFUND Moçambique), uma iniciativa do Governo de Moçambique e WWF. A AFD e o KfW junto ao Banco de Desenvolvimento de África são alguns dos primeiros parceiros que comprometeram apoios para o estabelecimento de um fundo de USD 100.000.000 dedicado a conservação da biodiversidade. A iniciativa permitirá garantir um financiamento sustentável para as áreas de conservação do país. E entre as actividades que poderão ser subsidiadas encontra-se o “desenvolvimento das comunidades em concordância com os objectivos de conservação da respectiva área” (WWF, 2010). Ainda estão em processo as questões para assegurar a soma requerida, a elaboração do modelo organizacional e os arranjos para seu funcionamento.

BIOFUND Moçambique é uma iniciativa prometedora, mais é provável que os recursos não sejam suficientes para abranger as necessidades de todas as áreas de conservação e suas comunidades circunvizinhas. É por isso que é necessário identificar outras fontes adicionais de financiamento.



Um dos instrumentos que poderá ter um potencial significativo para valorizar as florestas do PNL e gerar uma receita sustentável pode ser o mecanismo de redução de emissões da desflorestação e da degradação florestal nos países em desenvolvimento (REDD). Os esforços do parque para evitar a devastadora exploração florestal para produção de carvão (tão difundida em outras regiões da província de Gaza) albergam o potencial para ser considerados como “desflorestação evitada” mas a implementação do mecanismo REDD é complexa e deve ser estudado ao nível nacional.

Outro mecanismo que poderia ser desenvolvido no contexto macro das áreas de conservação do Moçambique é a conversão de dívida por investimentos na conservação (debt for nature swaps). Neste mecanismo financeiro uma parte da dívida externa de uma nação em desenvolvimento é perdoada em troca de investimentos locais em medidas de conservação. A possibilidade de implementar o mecanismo depende fortemente das capacidades nacionais para orientar uma parte maior do orçamento para as áreas de conservação.

Ao nível internacional existem também oportunidades para gerar parcerias descentralizadas com áreas de conservação, regiões, instituições e ONG's na Europa, no Brasil ou em outras partes do mundo, que poderão resultar na obtenção de apoios adicionais ou o encaminhamento de projectos comuns (p. e. para os múltiplos mecanismos financeiros europeus ou para os fundos brasileiros de apoio a cooperação com países lusófonos).

Considerando que o PNL forma parte da bacia da barragem de Massingir para os regadios de Chokwe e Xai-Xai e que o início da produção de energia hidroeléctrica vai ser encaminhado nos próximos anos, surge um potencial para desenvolver um mecanismo de compensações pelos serviços ambientais (CSA) que o parque providencia na protecção das funções hidrológicas da bacia. O PAC vai iniciar um diálogo com a HCB e o governo provincial de Gaza para explorar as possibilidades de desenvolver um mecanismo de CSA a médio prazo.

Desde a prática do desenvolvimento local existem também as experiências de criação de fundações comunitárias como mecanismos para encaminhar doações públicas e privadas para o benefício directo das comunidades e gerar capacidade de poupança (através de fundos rotatórios) nas próprias comunidades. Os 20% da receita do parque encaminhada para as comunidades junto ao fundo de iniciativas ambientais locais (a desenvolver no quadro deste plano) alberga o potencial para estabelecer o “capital semente” para criar a médio prazo uma fundação comunitária na zona tampão. Uma cooperação descentralizada junto ao próprio apoio do PAC poderia ser a forma de encaminhar a criação de uma estrutura de este tipo.

O PNL vai encaminhar uma assistência técnica de curto prazo para orientar o PAC sobre as diferentes opções e sua viabilidade no contexto da zona tampão. A partir desta orientação o PAC com o apoio da assistência técnica de longo prazo vai promover as estratégias de sustentabilidade financeira que tiverem o maior potencial de sucesso.



5.3.6 Gestão do conhecimento

A gestão da zona tampão precisa um manejo pró-activo das informações para propiciar as melhores decisões possíveis, a monitoria das mudanças para avaliar a efectividade da gestão, a sistematização das experiências para originar aprendizagens e boas praticas, e a criação de uma memória institucional organizada que garanta a disponibilidade das informações para quem as precise no momento em que as precisa. Tudo isso é gestão do conhecimento. No quadro do plano incluímos (1º) a geração da linha de base, (2º) o desenvolvimento inicial de monitoria, e (3º) mecanismos para garantir que os documentos e informações relevantes estejam disponíveis para todos os envolvidos.

5.3.6.1 Geração da linha de base

O parque dispõe de muitas informações dispersas sobre a zona tampão e a curto prazo será contratada uma consultoria para o estudo da capacidade de carga e potencial do uso da terra que vai gerar informações adicionais sobre a situação da zona. Com a finalidade de facilitar a monitoria das mudanças na zona tampão e, através desse, a monitoria da efectividade da gestão (incluindo a efectividade do presente plano), as informações disponíveis precisam ser sistematizadas como uma linha de base que descreva a situação no início da implementação.

Como ponto de partida para a elaboração da linha de base e a monitoria das mudanças foi estabelecida uma selecção de aldeias consideradas representativas da zona tampão. Os critérios utilizados foi a diversidade de situações quanto a distribuição distrital, número da população, afectado pelo reassentamento, usos principais da terra, disponibilidade de infra-estruturas, existência de apoio através de agentes externos e a migração masculina como elemento que influi na composição da população actual das aldeias (ver quadro 9).

Para a construção da linha de base serão desenvolvidas as seguintes actividades:

1. Compilar as informações disponíveis sobre a zona tampão.
2. Organizar as informações de acordo com as três linhas estratégicas para a gestão: protecção dos recursos, desenvolvimento local sustentável e desenvolvimento institucional.
3. Caracterizar a situação nas aldeias seleccionadas (ver quadro anterior) em relação aos indicadores estabelecidos.
4. Sistematizar as informações através de mapas temáticos e documentos da síntese que dêem conta dos aspectos mais relevantes para a gestão:
 - Uso dos recursos, incluindo a uso da terra e o estado da fauna bravia.
 - Satisfação das necessidades básicas e geração de rendimento nas comunidades.
 - Participação das comunidades e outros actores territoriais no co-maneio.
5. Análise de lacuna (*gap analysis*) para identificar as informações que ainda precisam ser produzidas para completar a linha de base.

Uma parte dessas actividades será realizada através da consultoria do estudo da capacidade de carga e potencial do uso da terra que vai gerar informações



georeferenciadas para seu uso num sistema de informação geográfica (GIS). A outra parte deve ser desenvolvida pelo próprio pessoal do PAC através de diagnósticos rurais participativos.

Quadro 9: Mostragem de aldeias representativas

Distrito	Aldeia	População	Reassentamento	Usos principais da terra	Infra-Estruturas	Apoio através de projectos	Migração masculina	Comunicação celular	Conflitos pessoas /animais	Acessibilidade
Massingir	Mavodze	2205	Sim	Agricultura e Pecuária	Escola Posto de Saúde Energia Tanque caracida +PSAA	Medicus Mundi	Sim	Sim	Sim	Fácil
	Macuachane	424	Vai receber população	Agricultura e Pecuária	Escola Fontanário	Medicus Mundi	Sim	Sim	Sim	Fácil
	Madingane	637	Não	Agricultura e Pecuária	Escola Fontanário	Medicus Mundi	Sim		Sim	Fácil
	Macarringue	1950	Não	Agricultura e Pecuária	Escola Posto de Saúde Fontanário	Medicus Mundi	Sim	Não	Sim	Difícil
Mabalane	Nhanga-Nhanga	998	Não	Agricultura e Pecuária	Escola Posto de Saúde Fontanário	LWF, Medicus Mundi	Sim	Sim	Sim	Fácil
	Matsambo	387	Não	Agricultura e Pecuária		Medicus Mundi	Sim	Nao	Sim	Difícil
	Cumba	276	Não	Agricultura e Pecuária		Medicus Mundi	Sim	Sim	Sim	Difícil
Chicualacuala	Salane	392	Vai receber população	Agricultura e Pecuária	Escola		Sim	Nao	Sim	Difícil
	Chicumbane	1226	Não	Agricultura e Pecuária	Escola+ Fontanário		Sim	Nao	Sim	Difícil

5.3.6.2 A monitoria

Para conferir a efectividade da gestão e poder realizar adaptações no curso da implementação do plano de manejo e desenvolvimento é necessário contar com um sistema de monitoria das mudanças:

- no uso dos recursos naturais,
- nas condições socio-económicas das populações locais, e
- na participação das comunidades e outros actores territoriais no co-maneio.

Quadro 10: Aspectos da monitoria

Âmbito	Aspectos	Métodos principais	Frequência tentativa
Recursos naturais	Cobertura do uso da terra	Cartografia semi-detalhada (1: 50.000) baseada em imagens de satélite.	Quinquenal
	Fauna bravia	Censo aéreo do parque	
	Corredores biológicos	Visitas no terreno	Trimestral
	Infracções das normas de uso	Registros do PNL	Anual
	Aplicação de planos de manejo para o uso dos recursos		
Uso dos recursos			
Condições sócio-económicas	Rendimentos das comunidades	Diagnósticos rápidos participativos nas aldeias representativas	Bianual
	Segurança alimentar		
	Alternativas de geração de rendimento	Visitas nas aldeias representativas	Semestral
Participação	A percepção do parque	Diagnósticos rápidos participativos nas aldeias representativas	Bianual
	O envolvimento dos governos distritais	Registros do parque e acordos de cooperação e projectos compartilhados	Anual
	Envolvimento das comunidades na conservação dos corredores	Visitas no terreno, acordos, projectos desenvolvidos	Semestral
	Funcionamento dos comités	Reuniões, acordos e projectos compartilhados	
	Estratégias locais de desenvolvimento sustentável	Agendas de desenvolvimento local, planos de manejo dos recursos, projectos comunitários desenvolvidos	

Com a finalidade de otimizar os limitados recursos para a administração do parque a monitoria da zona tampão deve ser integrada sempre que for possível nos sistemas de monitoria do parque. A administração do parque deverá designar um funcionário para coordenar as actividades de monitoria dos diferentes programas. No PAC o gestor de operações é o responsável para desenvolver a monitoria. No curto prazo o assistente



técnico e um dos extensionistas iniciaram a organização das informações para o sistema de monitoria.

5.3.6.3 Geração e manejo da documentação

Com a finalidade de gerar uma memória institucional permanente e assegurar os documentos importantes para a gestão na ZT o Programa de Apoio Comunitário vai:

1. Elaborar uma memória histórica do programa e das intervenções realizadas na zona tampão desde a criação do parque até o ano 2010.
2. Promover a realização de estágios, sistematizações e projectos de pesquisa relativos ao trabalho como comunidades e a ZT,
3. Organizar um Arquivo/Biblioteca do Programa com os documentos mais relevantes de forma impressa e electrónica (através de CD de actualização bianual).
4. Disponibilizar os documentos mais relevantes de forma impressa e electrónica para a biblioteca/centro de documentação do parque (em processo de criação) e através dos sítios web do PNL e da Grande ACTF.
5. Estabelecer o português como língua oficial dos documentos para a ZT e o PAC e elaborar resumos dos documentos em shangana ou inglês (dependendo do público-alvo).

O PAC designará um responsável para o manejo da documentação. O responsável receberá capacitação específica na gestão do conhecimento em iniciativas de desenvolvimento local.

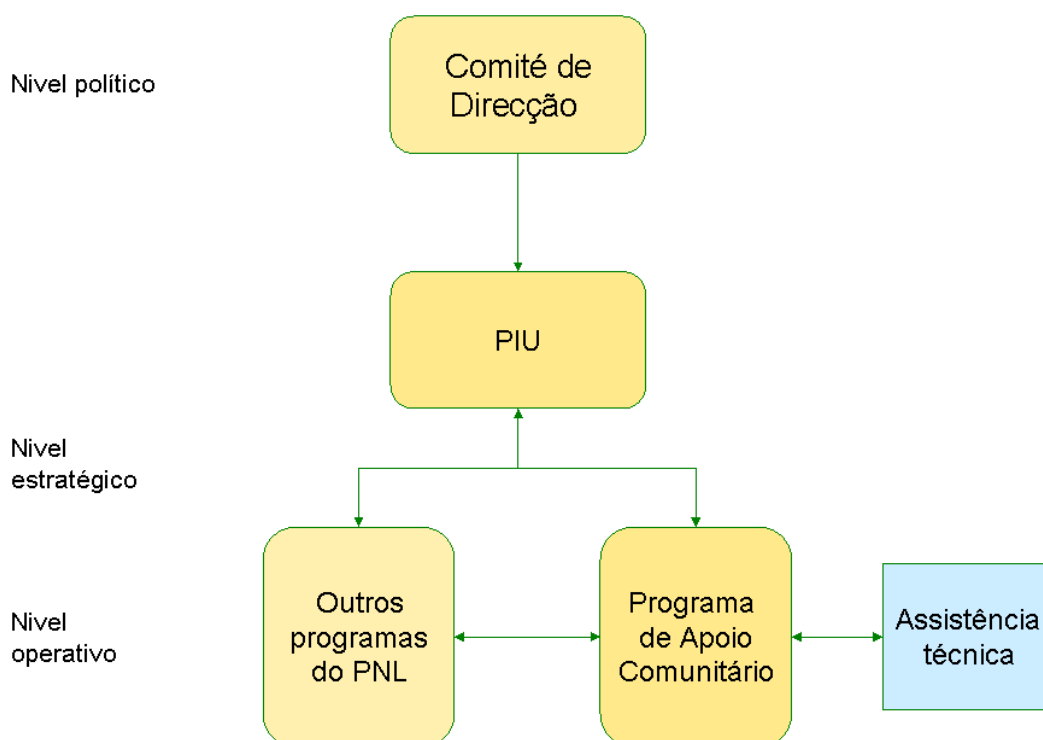


6. ORGANIZAÇÃO E FINANCIAMENTO PARA IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO

A implementação do plano realiza-se através da estrutura organizativa que existe actualmente para a implementação do *projecto de desenvolvimento do Parque Nacional Limpopo e sua zona de suporte*, além de que a própria implementação resultará em modificações da estrutura do PAC durante a implementação.

Em especial actuarão na implementação o pessoal do PAC (com a assistência técnica disponibilizada pela AFD através de AMBERO), sob a direcção institucional do Administrador do Parque e a supervisão e gestão da Unidade de Implementação do Projecto (PIU) estabelecida de acordo com os doadores e a PPF.

Gráfico 6: Arranjos para a implementação (ate Dezembro de 2012)



O financiamento da implementação está garantido até Dezembro de 2012 através dos fundos providenciados pela AFD. Os aspectos da sustentabilidade financeira foram apresentados no Cap. 5.3.6 e existem diversas opções de financiamento. A continuação um quadro sinóptico dos fundos disponíveis.



ANEXOS

A-1 Lista de quadros, mapas e gráficos

Quadros	Mapas	Gráficos
Quadro 1: Cronograma de socialização da proposta	Mapa 1: Localização	Gráfico 1: Mapa de actores
Quadro 2: Assuntos estratégicos	Mapa 2: Distritos na área do PNL	Gráfico 2: Cenários para a zona tampão do PNL
Quadro 3: Objectivos e indicadores de gestão	Mapa 3: Uso da terra na zona tampão e suas imediações	Gráfico 3: Fluxograma do fundo de iniciativas ambientais locais
Quadro 4: Actividades permitidas e proibidas na zona tampão	Mapa 4: Conceito de desenvolvimento da zona tampão	Gráfico 4: Estrutura organizativa do PAC
Quadro 5: Comunidades a serem reassentadas na zona tampão	Mapa 5: Delimitação tentativa da zona tampão	Gráfico 5: perfil geral para o maneio e desenvolvimento da zona tampão
Quadro 6: Níveis de interacção entre os Comitês e os Conselhos Consultivos	Mapa 6: localização da vedação	Gráfico 6: Arranjos para a implementação (ate Dezembro 2012)
Quadro 7: Descrição das funções principais	Mapa 7: localização tentativa dos corredores	
Quadro 8: Níveis gerais de comunicação e interacção	Mapa 8: Origem e destino das comunidades a reassentar	
Quadro 9: Mostragem das aldeias representativas da ZT	Mapa 9: Trajecto tentativa da estrada nas margens do rio Limpopo	
Quadro 10: Aspectos da monitoria	Mapa 10: Localização dos centros de recursos	
Quadro 11: Distribuição tentativa do orçamento garantido		



A-2 Listado das pessoas consultadas

Nome	Instituição	Cargo
Abel Nhalidede	PNL	Coordenador do Prog. De Reassentamento
Adrain van den Dries	-	Especialista em sistemas de rega
Alberto Amos Valoi	Comité do Parque	Representante de Mavoze
Alfeu Bennete Cuna	Comité do Parque	Representante de Chicualacuala
Anne Schalper	AMBERO	Gestora de projectos
Anthony Alexander	PPF	Director do projecto
Armando Muvi	Comité do Parque	Representante de Mabalane
Baldeu Chande	PNL	Administrador do PNL
Billy Swanepoel	PPF	Assessor Técnico do Programa de Protecção e Fauna Bravia
Carlos Zucula	Comité do Parque	Representante de Mabalane
Claude Louis	AMBERO	Assistente técnico do PAC
Combomusse M. Baloi	Comité do Parque	Representante de Chicualacuala
David Baloi	Comité do Parque	Representante de Mabalane
Fernando Machaule	Comité do Parque	Representante de Massingir
Germano M. Dimande	PNL	Coordenador do PAC
Gert Wenzel	DED/GTZ	Assessor técnico do PAC
João Bernardo Ngoca	PNL	Lhuvuka/PNL
Julião Machaule	Comité do Parque	Representante de Mabalane
Julião Mahlaule	Comité do Parque	Representante de Mabalane
Karen Colin de Verdiere	AFD	Gerente de programas
Luis Nh. Valoi Chipandzo	Comité do Parque	Representante de Massingir
Lurdes Dzovela	PNL	Oficial de Apoio Comunitário
Sebastião Maluleque	Comité do Parque	Representante de Chicualacuala
Sebastião Maluleque	Comité do Parque	Representante de Chicualacuala
Tomás Chaúque Meque	PNL	Oficial de Apoio Comunitário
Tomás Mpatua Valoi	PNL	Oficial de Apoio Comunitário



A-3 Documentos consultados

MITUR, 2003: Parque Nacional do Limpopo: Plano de Maneio e Desenvolvimento . PPF & KfW. Maputo.
Ogilvy, J. e P. Schwartz, 1998: Plotting your escenarios . GBN; http://www.gbn.com/articles/pdfs/gbn_Plotting%20Scenarios%20new.pdf (visto Outubro 2010)
Parker, G. e F. V. Osborn, 2006: Investigating the potential for chilli <i>Capsicum annum</i> to reduce human-wildlife conflict in Zimbabwe . Oryx Vo. 40, Nº 3.
PICOTEAM Ltd., 2010: Proposal: Development of the Facilitation Competence for Community Engagement in the Buffer Zone of the Limpopo National Park, Mozambique .
PNL, 2003: Parque Nacional do Limpopo: Business Plan, period 2004-2006 . KfW, PPF & SADC.
PNL, 2005: Development of the Limpopo National Park and its support zone – Priority measures and actions . BRL/ICS/Impacto.
PNL, 2006: Development of the PNL and its support zone – Feasibility study draft report . Financiado por AFD. BRL/ICS/Impacto.
PNL, 2006: Diagnóstico Rural Participativo na Zona Tampão . Relatório final. Edição: G. M. Dimande e A. Nhalidede.
PNL, 2010: Aldeias do Parque Nacional do Limpopo .
PNL, 2010: Strategic plan for tourism commercialisation (Draft) . PPF/AFD.
PNL, 2010: Terms of Reference for an Expert in Human-Wildlife conflict resolution . Draft.
PNL, 2010: ToR for a study on the land use potential and carrying capacity for the population in the Support Zone of the Limpopo National Park in Mozambique . Draft.
PNL, 2010: Workplan for the Community Development Department .
PNL, s.a.: Land capability of the support zone of the Limpopo National Park . Elaborado por BRL/ICS/Impacto.
PNL, s.a.: PNL Rules and Regulations (Português) . Documento de trabalho.
Serra, C., 2007: Colectânea de Legislação do Ambiente . Ministério da Justiça. Maputo.
UEM-ESHTI, 2009: Informe de estágio curricular no PNL .
WWF, 2010: Profile of the Proposed Fundação para a Conservação e Biodiversidade / Foundation for Conservation and Biodiversity (BIOFUND Mozambique) . Draft.



ANEXOS

ANEXO 1.

Situação actual no terreno (Junho 2012)

Situação no terreno em Junho 2012									
I. Protecção dos recursos naturais									
	2011				2012				
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	RESULTATDO
1. Regras para o uso dos recursos				x	x	x			Divulgação as comunidades e distritos, comentarios recolhidos
2. Redelimitação da zona tampão									
3. Vedação no sul da zona tampão			x	x	x	x			Concurso, assinatura do contrato em Março, inicio em Abril
4. Corredores de biodiversidade			x	x	x	x			TdR, procura de consultores, missão feita em Maio . Relatorio
5. Reassentamento na ZT									Aldeia de Salane, Início das delimitações em Junho
6. Sensibilização e educação ambiental		X	x	x	x	x	x	x	ToR, procura de um consultor, missão em Junho 11 (estrategia) Consultor local, concurso de desenhos nas escolas pilotas, dramas



II. Desenvolvimento local sustentável										
1. Organização das comunidades	x	x	x	x	x	x				Já esta estabelecido
2. Acessibilidade rodoviária			x	x	x	x				TdR, concurso, assinatura de contrato, início do trabalho em Maio 12
3- Geração de rendimento										
3.1- Sistemas de regadio	x	x	x	x	x	x				12 projetos pilotos de irrigação : 4 em Massingir : 4 em Mabalane 4 em Chicualacuala
3.2- Cadeia de valor baseada no piri-piri										Não foi possível reunir as condições mínimas para começar este projeto (disponibilidade tempo inteiro de um carro, pessoal no campo; acessibilidade,..)
3.3. Promoção da arborização			x	x	x	x				Viveiro comunitário em Chibotane: espécies nativas e fruteiras
3.4. Turismo baseado nas comunidades	x									Consultoria (resultado faz parte do estudo de zoneamento e capacidade de carga) ainda não concluída)
3.5. Identificação participativa de outras alternativas										Esperando o resultado do estudo de capacidade de carga
4. Transformação de conflitos										
4.1. Estratégia pro-ativa para os conflitos homem-animal		x		x						Consultoria, formação de uma equipa de intervenção, aquisição de equipamento específico
4.2. Geração de capacidades para enfrentar conflitos ambientais e nas				x	x					Capacitação do pessoal de terreno na gestão e resolução de conflitos



comunidades									
5. Fundo de iniciativas locais ambientais									
6. Apoio a formulação de estratégias locais de desenvolvimento sustentável									
III. Desenvolvimento institucional para a gestão da zona tampão									
1. Funções e estrutura de gestão do programa de apoio comunitario			x	X					Organigrama completo, Termos de referências definidos e assinados pelos contratados
2. Capacitação dos recursos humanos para a gestão da ZT				x	x	x			Diferentes capacitações do staff de terreno: gestão dos recursos naturais, comunicação e liderança, negociação e resolução de conflitos, resolução de conflitos homem-fauna bravia, - agricultura de conservação, monitoria económica dos sistemas de rega,
3. Coordenação e cooperação com os actores do território									Cooperação técnica com os distritos, capacitação dos técnicos dos SDAE,
4. Comunicação social									Relação constante com os parceiros
4.1. Aclaração dos níveis de comunicação		X	x	x	x				Consultoria em comunicação : relatório disponível (abril 2012)
4.2. Os centros de recursos				x	x				Funcional, um OAC presente
4.3. Tecnologias de informação e comunicação									



5. Opções de sustentabilidade financeira									
6. Gestão de conhecimento									
6.1. Geração da linha de base									Iniciado para actividades agrícolas
6.2. A monitoria									
6.3. Geração e manejo da comunicação									

ANEXO 2

APRESENTAÇÃO do Plano de Maneio as COMUNIDADES

1. Apresentação ao COMITÉ DO PARQUE

Sítio: Massingir, sala de reunião do Parque Nacional do Limpopo. Sexta-feria 22 de Outubro 2010 as 9:00 H.

O consultor Sr. Erik SALAS fez a apresentação resumida do plano de maneio proposto. O Coordenador do programa de apoio comunitario, Sr. Germano DIMANDE fez a tradução e a moderação.

Aresentamos a seguir os comentários dos membros do comité.

1. Normas e regras
Sem comentários
2. Redelimitação dos limites do parque
Tem que ser definidas pelas aldeias, alguns casos tem que ser revistos (Chicumbane).
3. Vedação sudeste
Deve se acelerar. Deve ser ser construida em paralele com o processo de reassentamento para evitar que os animais se concentrem nas comunidades que vivem ão longo do rio Shingwedzi
4. Estrada
Recomendam que o traçado da estrada passe fora das aldeias devido aos efeitos negativos (crianças que param na rua a pedir, tiram pedras,..)
5. Actividades de geração de rendimento
 - Dar prioridade actividades que as pessoas conhecem como pecuaria e agricultura
 - Criar condições de acesso ao mercado
 - Deve se dar formação e acompanhamento sobre algumas actividades
 - Os sistemas de irrigação são uma prioridade.
6. Transformação de conflitos
 - O parque falou de projeto de piri-piri mas nunca foi implementado
 - E necessario acelerar a implementação dos projetos identificadas
 - Identificar outras metodologias de mitigação dos animais
 - Há problemas de acesso e uso de recursos (carvão e lenha) entre as comunidades que vivem dentro e fora do parque
 - Muitas vezes há distinção entre os governos distritais e o parque
 - Recomendam que deve se acrescentar no documento que deve haver plano de uso de recursos florestais.



- Envolver os líderes comunitários de dentro e de fora da zona tampão na disseminação do plano de manejo, particularmente as regras e normas do uso dos recursos naturais

7. Fundo de iniciativas locais ambientais
A ideia foi bem acolhida
8. Comunicação
Os futuros promotores devem ter meios de transporte. Deve ser no mínimo um promotor por localidade.
9. Diversos
Os membros dos comités de aldeias devem ser incentivados.
C.L. e G.D

Lista dos participantes

NOME	ALDEIA/DISTRITO	CONTACTO
Sebastião MALULEQUE	Macandazulo	82 85 28 366
Armando MUVI	Mabalane	82 85 69 772
David BALOI	Mabalane	82 49 01 355
Alfeu Bennete cuna	Chicualacuala	82 70 16 715
Carlos ZUCULU	Mabalane	82 35 86 475
Alberto Amos Valoi	Mavoze	82 94 39 470
Julião MACHAULE	Mabalane	
Luis Nh. Valoi CHIPANDZO	Massingir	82 94 08 832
Fernando MACHAULE	Massingir	82 81 86 001
Combomusse M. Baloi	Chicualacuala	
Gert Wenzel	PNL-GTZ	82 41 80 899
Tomás MEQUE	PNL/Extensionista	82 71 28 655
Erik SALAS	Consultor PM (Ambero)	
Tomás Mupatua VALOI	PNL/Extensionista	82 59 28 828
João Bernardo Ngoca	Lhuvuka/PNL	82 42 46 840
Germano Maússe DIMANDE	PNL/Coordinador programa	82 98 87 362
Lurdes NZOVELA	PNL/ Extensionista	82 68 03 380
Claude LOUIS	PNL Assistente técnico/ Ambero	82 69 39 570

2. Apresentação aos membros das LOCALIDADES do **DISTRITO de MASSINGIR**:
Germano DIMANDE.

Sítio: **CUNZE**, escola primaria, Terça-feira 9 de Novembro

1. Normas e regras
2. Redelimitação dos limites do parque



3. Vedação sudeste
As comunidades precisam da vedação mais sentem pena pelas comunidades do rio Chingwedzi. A vedação tem que ser feita mais cedo possível
4. Reassentamento na zona tempão
As pessoas confirmam que vão dar terra para alojamento, agricultura e pecuária
5. Estrada
Precisam das estrada mas tem que passar fora das aldeias
6. Actividades de geração de rendimento
As comunidades não conhecem a realidade de 20%
Sistemas de regadio: Não foram consultados
Piri-piri : A experencia de Madingane foi positiva (uso de escrementos, piri-piri)
7. Transformação de conflitos
8. Fundo de iniciativas locais ambientais
A ideia foi bem acolhida
9. Comunicação
10. Diversos
Estão a reclamar a reparação dos sistemas de água.

C.L, G.D , T.M.

Lista dos participantes

NOME	ALDEIA	FUNÇÃO	CONTACTO
Albino Valoi	Cunze	Lider	
Alberto Lombole	Chitar	Chefe da localidade	82 52 83 347
António J. Massingue	Chibotane	Chefe da localidade	82 39 59 962
Abílio vasco Mate	Zulo	Chefe da localidade	82 97 30 966
Luís Nyimpine Valoi	Chipandzo	Membro do Comité	
Rafael Livasse Mbombi		Líder	
Frazão Ngulele	Chibotane	Membro do Comité	82 74 42 41
Julio Ngovene	Chibotane	Líder	82 03 57 532
Armando Novela	Macuachane	Membro do Comité	
Raul Ngovene	Madingane	Líder	
António Ngovene	Macuachane	Membro do Comité	82 51 68 321
David Z. Mandlaze	Madingane	Membro do Comité	82 82 52 379
Ernesto Tuai	Munyamane		82 53 08 355



Lourenço Mate	Macarringue	Membro do Comité	82 82 29 797
Miguel J. Mate	Mucatine	Chefe da localidade	82 96 82 927
Salieta Tuai	Chipanzo	Líder	
Samuel	Macarringue	Líder	82 51 357
Alberto	Maconguele	Líder	82 34 02 908
André Simione	Malhaúle	Líder	82 32 80 602
Julião Valoi	Cunze	Líder	82 27 34 581
Pedro Jemusse Capinga	Zulo-Sede	Chefe do Posto	82 35 33 860

3. Apresentação aos membros das LOCALIDADES do **DISTRITO de MABALANE**:
Coordenador do PAC, Germano Dimande:

Sítio: **Nyanga Nyanga**, Quinta-feira 11 de Novembro

1. Normas e regras
Querem ver as regras e depois discutir
Dois localidades são ausentes, quando é que vão ser avisados
2. Redelimitação dos limites do parque
3. Vedação sudeste
Esta a demorar
A vedação não vai impedir os animais de entrar. E de voltar para as machambas
4. Estrada
Precisam das estrada mas tem que passar fora das aldeias
5. Corridores
6. Actividades de geração de rendimento
As comunidades não conhecem a realidade de 20%
Com os 20%, o primeiro ano foi comprado uma moegeira que nao foi usado por causa de falta de produtos (seca). Fica dinheiro no banco.
Alguns grupos fizeram planos de uso mas nunca foram implementados e algumas pessoas dizem que nunca ouviram falar destes planos, so nesta reunião que foi muito util para ouvir deste assunto.
Um outro membro de comunidade diz que o membro do comité los avizaram deste oportunidade mas que não fizeram nada.
Alguns não acreditam neste dinheiro
Os composesos não se mobilizaram para o sistema de regadio em Nyanga nyanga, o chefe do posto administrativo fal com eles



Algumas propostas de projectos: barcos para atrevesar o rio no tempo de cheias

Zincos para cobrir as casas

Posto de saúde

Problemas: 2 furos foram colocados mas a água é salubra

Uma bomba foi colocada no rio para puchar água na aldeia mas a bomba não foi bem controlada e esta avariada. Tem que ser reparada e o controle organizado depois a água pode ser vendida.

7. Transformação de conflitos

8. Fundo de iniciativas locais ambientais

Bem acolhida

9. Comunicação

Falta de informação ao nível das comunidades e dos governos distritais,

Os membros do comité do parque não falaram com as comunidades

O chefe do posto administrativo conclui que deve ter mais coordenação entre o posto administrativo, o comité do parque e o PNL

10. Diversos

CL, G.D, T.M.

Lista dos participantes

NOME	ALDEIA	FUNÇÃO	CONTACTO
Sabontete Chongo	Nyimbay'wne B	Chefe da localidade	
Salomão Baloi	Nyimbay'wne A	Líder 2º escalão	
Salomão Tingane	Ndope	Líder 1º escalão	
Julião Malhaúle	Nwandzo	Líder 2º escalão	
Fenias Baloi	Chimangue	Líder 2º escalão	
Jaime Chongo	Muvamba	Líder 2º escalão	
Jaime Chongo	Muvamba	Líder 2º escalão	
Filimão Baloi	Nwandzo		
Pedro Muvi	Ndope		
Armando Chongo	Nyimbay'wne B	Substituto do líder	
Ernesto Mahlope	Nyimbay'wne B	Conselho consultivo	
Gomes Mahlope	Chimangue	Comité da aldeia	
Fernando Baloi	Chireta	Líder 2º escalão	



Fernando Ngovene	Nyimbay'wne B	Conselho consultivo	
Armando Muvi	Comité do Parque	Ndope	
Madalena Chunguane	Comité do distrito	Chitlavanine	
Salomão Baloi			
Constatino Songane	Chefe do Posto	Nyimbay'wne B	82 70 53 210
Samuel Malungane	1º Secro FRELIMO	Muvamba	82 35 55 098
Flora Chaúque	Comité da aldeia	Nyimbay'wne A	
Alexandre Valoi			
Jossias Mucar			

4. Apresentação aos membros das LOCALIDADES DO DISTRITO DE MABALANE

Sítio: **Mahawane** (CIC), Terça-feira 16 de Novembro. GD duente, a apresentação foi feita por T. MEQUE

11:30 ate 14:00 H

1. Normas e regras
2. Redelimitação dos limites do parque
Ficam a espera da delimitação definitiva.
Existem algumas confusões sobre os limites: 3 caes que acompanhavam miudos-pastores foram mortos por fiscais a dizer que eram furtivos, dentro da zona tampão;
3. Vedação sudeste
Alguns dizem que a população de Schingwedzi tem que ser reassentada antes da elaboração da vedação, outros confirmam que a vedação tem que ser feita mais cedo possível.
A população que vai ficar no limite da vedação vai sofrer! Porque a vedação não podia continuar até o norte? Eles não querem que a vedação acaba em Mabalane, tem que continuar numa secunda fase.
4. Estrada
Preferem que a estrada passa perto das aldeias porque nesta zona, as aldeias são bloqueadas durante a época de chuva. Eles podem aproveitar tambem para propor a venda das suas peças artesanais
5. Corridores
Dizem que 3 corredores são poucos. Pensam que deveria se fazer muito mais.
6. Reassentamento
7. Actividades de geração de rendimento



- Sistemas de irrigação

Precisam de um projeto em cada aldeia porque aqui tem fome.

Necessidade para as comunidades de se organizar o que não é o caso aqui

Lamentam que algumas aldeias tem uma moagem, projeto de irrigação e eles não tem nada, sentem inveja;

-piri-piri : Oviram falar mas não conhecem

8. Transformação de conflitos

9. Fundo de iniciativas locais ambientais

10. Comunicação

O Presidente do Comité do Parque lamenta da falta de comunicação com os orgãos oficiais. Quando ele quer comunicar com as localidades, o governo local pede para esperar e eles ficarm a organizar. (verificação!)

11. Diversos

CL, T.M.

Lista dos participantes

NOME	ALDEIA	FUNÇÃO	CONTACTO
Alberto Jamisse Mbombi	Matsambo "A"	Camponês	
Alexandre			
David Siteo			
António Tsakisse Baloi	Macuva	Líder 3º escalão	
Luís Lucas Baloi	Matsambo "A"	Camponês	
Carlos Zucula	Muvundla	Membro do Comité	
Tavares Ringane	Zulo	Líder	
Ernesto Macuvele	Muvundla		
Salomão Chaúque	Muvundla	Líder	
Johane Ngonhamo	Chicondzo	Líder	
Bramah			
Fernando Samuel Baloi			
Guidione Chaúque	Mahawane	Membro do Comité	
Félix Manhiça	Hassane	Líder	
Lucas André Baloi	Matafula		
Alberto Thabasse Baloi	Macuva		
Petros Baloi			
David Baloi	Hassane		82 49 013 355
Tomassi Manasse	Muchache		
Atália Macamo	Matsambo		
Rameca Mandlaze	Hassane		
Luís Eduardo Bila	Macarale	Chefe da localidade	



5. Apresentação aos membros das LOCALIDADES DO DISTRITO de CHICUALACUALA

Sítio: **Panhame**, Quarta--feira 17 de Novembro

Apresentação: Tomas MEQUE, de 11.25 até 13.15 H

1. Normas e regras

Continuaremos a cumprir com as regras já conhecidas para contribuir para o crescimento do parque.

Pretendemos ver as regras escritas para discutirmos melhor

2. Redelimitação dos limites do parque

Estamos a espera que o Parque venha marcar os limites que mostramos

3. Vedação sudeste

Gostaríamos que com o tempo a vedação chegue até nós

4. Estrada

A estrada deve ser construída num ponto mais acima, dependendo da topografia do relevo e da plasticidade e elasticidade do solo, poderá estar perto ou distante da aldeia. A actual estrada poderá ser muito despendiosa tendo em conta que passa de locais alagados durante todo o tempo chuvoso

5. Corridores

Conhecemos todos os locais por onde os animais passam e podemos indicar a qualquer um que esteja interessado em conhecê-los. Os 3 corredores previstos são poucos.

6. Reassentamento

Estamos preparados para receber os reassentados, tanto nas nossas aldeias assim como fora delas.

Temos a certeza que a maior parte de Macandezulo há de vir para a nossa aldeia.

7. Actividades de geração de rendimento

A irrigação é uma boa fonte de rendimento das famílias, havendo necessidade de aumentar os sistemas existentes e sobretudo de acompanhar as actividades dos regantes principalmente na componente de transferência de conhecimentos.

Pedimos que haja formação em actividades que podem ser feitas durante todo o ano como: **Costura e Sapataria**. Estas podem ser sustentáveis pois que todos querem roupa e sapatos.

Os 20% podem ser usados para aquisição de chapas de zinco para o melhoramento das salas de aulas para aldeias que ainda não tem salas convencionais.



Já usaram muito dinheiro para reparar motas que não nos ajudam em nada. Ademais não consultaram a nenhum líder para a movimentação do dinheiro, muito menos prestarem um relatório de contas. **Os membros do comité nunca encontram-se para falar com as lideranças do POVO, que é o dono do dinheiro.**

8. Transformação de conflitos

Duvidamos muito que o piri-piri seja repelente mas estamos preparados para usá-lo.

9. Fundo de iniciativa local ambiental

10. Comunicação

Não somos comunicados nada porque o equipamento que o comité tem fica longe dos beneficiários. Uma mota está em Makandazulo e a outra está em Mapai-Estação e nós achamos que enquanto as coisas continuarem assim ficaremos muito tempo sem saber o que é que se faz tanto com os 20% assim como com outros benefícios que provavelmente temos direito. Pedimos para que o Parque nos ajude na difusão dos nossos direitos e na divulgação das actividades pois parece-nos que o comité ainda não consegue atingir a todas as comunidades

10. Diversos

CL, G.D, T.M.

Lista dos participantes

NOME	ALDEIA	FUNÇÃO	CONTACTO
Paulo Alberto Soiane	Mepuzi	Chefe da localidade	82 62 48 242
Alfeu Benete Cuna	Panhame	Membro do Comité	
Justino Cuna	Panhame	Líder	
Dinis Francisco Machava	Chipeluene	Membro do Comité	
Eduardo salomone Manhiça	Hassane	Membro do Comité	84 64 77 730
Jeremias Nelane Chaúque	Panhame	Secretário	
Paulina Jutasse Chaúque	Panhame	Membro do Comité	
Madalena Chaúque	Panhame	Membro do Comité	
Pedro Samo Cuna	Panhame	Secretário	
Francisco Filipe baloi	Chicumbane	Membro do Comité	
Almina Baloi	Hassane	Membro do Comité	
Argentina Maluleque	Tchowe	Membro do Comité	
Julieta Namburete Maluleque	Panhame	Membro do Comité	
Amélia Penicela Chaúque	Panhame	Membro do Comité	
António Chirame Maluleque	Lissenga		
Salomão Marilele	Chicumbane	Membro do Comité	
Ernesto Vilanculos	Tchowe	Líder	



Donit			
Carlos Mbiza	Nwamavique	Chefe do Bairro	
Mário Mahuntsé	Manhiça	Membro do Comité	
Albino Maluleque	Panhame	Ancião	
Timóteo Simango	Maringa	Membro do Comité	
Fenias Mandlaze		Chefe da zona	
Rafael Maluleque	Nwamavique	Ancião	
Eduardo Chimusse Matuassa	Chipeluene	Líder	
Issai Chunguane	Panhame	Membro da comunidade	

6. Apresentação aos membros das LOCALIDADES DO DISTRITO de CHICUALA-CUALA

Sítio: **Salane**, Quinta--feira 18 de Novembro

10:45 H até 13:15H. Apresentado pelo coordenador do PAC, Germano Dimande

1. Normas e regras
Muitas regras beneficiam nas comunidades: interdição dos fogos descontrolados (beneficiam ao gado); cortes de arvores
2. Redelimitação dos limites do parque
Estamos a espera que o Parque venha marcar os limites que mostramos
3. Vedação sudeste
Eles querem também uma vedação para proteger dos elefantes
4. Estrada
A estrada deve passar de um sítio que nos custe menos pois vale apenas ter uma facilidade que passe longe das nossas casas do que uma estrada que passe das nossas casas mas que não é possível usá-la durante o tempo chuvoso.
5. Corredores
Os corredores não vão impedir os animais de entrar nas machambas. Tem que por um fiscal.
6. Reassentamento
Estamos preparados para receber os reassentados e seria muito bom que se erguesse a vedação sudeste depois do reassentamento
7. Actividades de geração de rendimento
Não acreditam o efeito de uma vedação com piri-piri ao lado das culturas. Dizem que deitar o excremento de elefantes dentro da zona cultivada afugenta os elefantes



Eles tem uma zona de campismo comunitario (Lilau).

Os 20% estão sendo aplicados para coisas não bem claras. Poderá ser um investimento perdido porque não temos nenhuma pessoa que entenda a questão de campismo.

Multiplicar os regadios e intensificar a assistência técnica seria a melhor maneira de combater a fome e a pobreza absoluta

8. Transformação de conflitos

Deveriam ter alguém do parque perto em vez de mandar uma pessoa da aldeia em Massingir em caso de problemas com animais selvagens.

Os guardas da aldeia (? Ou os fiscais do PNL) não tem armas, utilizam as armas dos guardas da fronteira. Zebra em Sihogonhi (+ 3 anos) come culturas da população e sou responsabilizado.

Falta de armamento próprio dos fiscais afectos em Pafuri que recorrem sempre aos Guarda Fronteiras para aquisição do armamento. Eles querem fiscais comunitarios. Estes fiscais devem ser subsidiados porque neste momento é difícil encontrar um voluntário.

9. Fundo de iniciativas locais ambientais

Temos florestas que a partir de hoje podemos decidir como intacta, proibindo que o homem tenha alguma actividade sobre ela.

10. Comunicação

Os únicos meios disponíveis (motorizadas) estão com uma gestão deficiente. Estão longe das comunidades a serem beneficiadas.

11. Diversos

A administração do Parque deve dar autoridade aos fiscais para tomar medidas caso haja conflito, porque mesmo que não sejam animais de grande porte estes esperam orientações de Massingir o que leva muito tempo dado que não existe um mecanismo de comunicação entre Massingir e Pafuri.

Má distribuição de carne depois de se matar um animal beneficiando sempre os funcionários do estado afectos em Pafuri

CL, G.D, T.M.

Lista dos participantes

NOME	ALDEIA	FUNÇÃO	CONTACTO
Carlos Cossa	Chicumba	Chefe do Posto	82 90 67 054
Benjamim P. Nguenha	Mbúzi	Chefe da localidade	82 08 23 829
Armando Wiliamo Maluleque	Salane	Líder	82 46 25 093
Premugy Ibrahim Calidás Premugy	Chicumba	Líder	82 75 04 045
Alberto Lazão Chirindza		Membro do Comité	



Paulo Jonas Manganhe	Mbheti	Membro do Comité	
Arone Jimu	Sihogone	Membro do Comité	
Samson Dinda	Chitsutsuíne	Líder	
Meque Chaúque	Mbúzi	Líder	
António Maluleque	Matsilele	Chefe da povoação	
Jequisseni Macuvele	Mbúzi	Membro do Comité	
Isabel Januário Mabote	Matsilele	Membro do Comité	
Joana Samuel Manhiça	Sihogone	Membro do Comité	
Combomune Baloi	Sihogone	Membro do Comité	
Julieta Chivambo	Chicumba	Membro do Comité	
Paulina Mundlovo	Salane	Membro do Comité	



ANEXO 3

Aspectos levantados durante a apresentação do plano de manejo da zona tampão aos governos distritais e o forum das ONG's

MABALANE (29.08.2011)

Nº	Tema	Discussão/propostas/recomendações	Reacção do Parque
1	Generalidades	<ul style="list-style-type: none"> • Saudar a iniciativa de coordenar e articular entre as instituições; este tipo de sinergias é bem vindo • O turista não é apenas o estrangeiro, como tem sido visto, mas também o nacional e o local • Os distritos estão a desenvolver planos de uso da terra para aferir o que existe e o que se faz. O Parque devia ter sido convidado para o lançamento e deve integrar-se nestas actividades • Recomenda-se troca de informação periódica e constante 	<ul style="list-style-type: none"> • O Parque vai integrar o actual estudo da terra e capacidade de carga da zona tampão no plano de uso da terra do distrito • Vamos melhorar a comunicação nao apenas atraves de relatórios periódicos mas tambem pelo contacto directo
2	Projectos de irrigação	<ul style="list-style-type: none"> • Os projectos param porque os implementadores são estrangeiros; não há preocupação em identificar soluções localmente sustentáveis • Há uma falta de seguimento das actividades das associações nos regadios financiados pelo PNL; para a sustentabilidade dos regadios devia-se apostar no microcredito. A experiência demonstra que as associações reembolsam os valores do que os individuos. Propoe-se crédito por campanha podendo-se usar o fundo de iniciativas locais ambientais; • Há falta de acompanhamento de projectos de irrigação • Recomenda-se que o SDAE deve fazer o levantamento do ponto de situação dos regadios / 	<ul style="list-style-type: none"> • Vamos melhorar o seguimento e acompanhamento em coordenação com o SDAE • A questão do microcredito vai ser analisada mas é preciso ter em conta que há outras fontes de financiamento e não só o parque



		motobombas e das associações	
3	Viveiro	<ul style="list-style-type: none"> Levantou-se a questão de saber o tipo de plantas do viveiro Devia haver um viveiro em cada comunidade Deve haver um viveiro por distrito porque existe capacidade técnica para a sua sustentabilidade 	<ul style="list-style-type: none"> No viveiro existem plantas nativas e exóticas Deve ser discutida a possibilidade de um viveiro por distrito sobretudo quanto a sua sustentabilidade
4	Corredores de biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> Se questiona se os corredores de biodiversidade não irão incrementar o Conflito Homem Fauna Bravia (CHFB); como garantir que os animais bravios depois de beber água no rio regressam ao Parque pelo corredor 	<ul style="list-style-type: none"> A questão ainda está em aberto e em discussão. Ainda não há uma solução acabada
5	Educação ambiental	<ul style="list-style-type: none"> Proposta de estabelecer um instituto /escola de formação em conservação na região; pode ajudar na capacitação profissional local Recomenda-se o uso da janela de curriculum local para se fazer educação ambiental junto as escolas 	<ul style="list-style-type: none"> Proposta aceite para ser levada a outros níveis de decisão por ser fora da alçada do Parque Recomendação aceite
6	Conflito Homem Fauna Bravia	<ul style="list-style-type: none"> Há um recrudescimento do CHFB, particularmente dos elefantes O Parque deve estabelecer bebedouros artificiais para minimizar o deslocamento dos animais bravios até ao rio 	<ul style="list-style-type: none"> Ha uma consultoria no Parque que vai identificar soluções para o problema através de uma mudança de estratégia em onde a solução do problema é na comunidade e não na fiscalização Não é recomendável pelos ecologistas porque os bebedouros artificiais tem o efeito de degradar o ambiente de grande



			escala o que as áreas de conservação estão a evitar/minimizar;
7	Normas e regras	<ul style="list-style-type: none"> • Para melhorar a protecção dos recursos naturais deveria ser feita a divulgação da legislação inerente de forma sistemática e não apenas quando queremos aplicar uma determinada norma; isto poderia tornar as pessoas mais amigas do ambiente; para o efeito deve haver uma coordenação institucional 	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta aceite devendo ser discutida e acordada a sua operacionalização
8	Reassentamento	<ul style="list-style-type: none"> • Os conflitos que ocorrem hoje devem ser documentados para que sirvão de lição para casos futuros 	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta aceite

MASSINGIR (02.09.2011)

Nº	Assunto	Discussão/propostas/recomendações	Reacção do Parque
1	Projectos de geração de rendimento	<ul style="list-style-type: none"> • Os projectos são apenas financiados pelo Parque? • Há investidores estrangeiros interessados em investir na zona tampão; há esperança ou não? Como enquadrar estas intenções? • O Parque deve fazer o zoneamento da terra para os diferentes usos; o governo já começou a identificar zonas de reserva por cada comunidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Os projectos não devem ser financiados pelo Parque apenas mas por outras fontes / instituições, tais como o Fundo de Iniciativas Locais, os 20% e outros por identificar • O Parque está a fazer uma mudança de estratégia envolvendo outros actores particularmente os governos distritais • A conservação envolve financiamentos de “apaixonados” pela conservação



			<p>do ambiente, o que pode ser difícil aceitar a ideia de grandes fazendas comerciais dentro do Parque</p> <ul style="list-style-type: none"> • A estrada da zona tampão tem como uma das principais funções a acessibilidade aos mercados • O uso de recursos naturais para fins comerciais como carvão deve obedecer a microplanos que indicarão potencial de uso
2	Conflito Homem Fauna Bravia	<ul style="list-style-type: none"> • O Parque deve estabelecer bebedouros artificiais 	<ul style="list-style-type: none"> • Não é recomendável pelos ecologistas porque os bebedouros artificiais tem o efeito de degradar o ambiente de grande escala o que as áreas de conservação estão a evitar/minimizar; continuará a haver manipulação ecológica em pequena escala
3	Viveiro	<ul style="list-style-type: none"> • Qual é o ponto de situação 	<ul style="list-style-type: none"> • Está em processo a assinatura do contrato entre o Parque e as pessoas envolvidas • O viveiro é uma das formas de responder a não só a destruição da



			<p>floresta, através da arborização, mas também a política do governo que incentive floresta comunitária</p> <ul style="list-style-type: none"> •
4	20%	<ul style="list-style-type: none"> • Deve se estabelecer a cultura de participação de todos na gestão dos 20% de modo a incrementar o conhecimento geral; • O fundo dos 20% tem que estar virado para actividades de geração de rendimento e não sociais; 	

CHICUALACUALA (03.11.2011)

Nº	Assunto	Discussão/propostas/recomendações	Reacção do Parque
1	Generalidades	<ul style="list-style-type: none"> • 	<ul style="list-style-type: none"> •
2	Normas e regras	<ul style="list-style-type: none"> • Quais as regras 	<ul style="list-style-type: none"> •
3	Reassentamento	<ul style="list-style-type: none"> • Quais as implicações do reassentamento para o parque e para os distritos 	<ul style="list-style-type: none"> •
4	AGR	<ul style="list-style-type: none"> • As áreas de produção do pipiri já foram identificadas 	
5	Fundo de iniciativas locais	<ul style="list-style-type: none"> • Quem vai financiar? 	
6	Fiscalização	<ul style="list-style-type: none"> • Os fiscais do Parque trabalham em áreas da PRM • Aumento da criminalidade devido a caça furtiva • KNP controlado por militares e PNL não • Fiscais comunitários: onde serão formados e quem são; como vão trabalhar sem armas? Como vão proteger os seus bens • 	
7	Vedação	<ul style="list-style-type: none"> • Até quando? 	
8	Estrada	<ul style="list-style-type: none"> • 	



FORUM DAS ONG'S (07.11.2011)

Nº	Assunto	Discussão/propostas/recomendações	Reacção do Parque
1	Generalidades	<ul style="list-style-type: none"> • Solicitam uma cópia do documento • O PM tem ou não financiamento? • As ONG's interessadas podem envolver-se nas actividades descritas no PM e como? • Qual a garantia de que este Plano não vai ficar arquivado a exemplo de outros planos? • Qual o grau de efectividade? • Qual é o grau de envolvimento das comunidades • Actualização dos prazos para os passos seguintes até a aprovação do PM • Devemos ter metas e indicadores concretos 	•
2	CIC	<ul style="list-style-type: none"> • Está distante da aldeia em cerca de 4km o que não é funcional (não comunitário) • Proposta de os lodges comunitários serem usados como CIC's. Combinação entre geração de renda e sensibilização ambiental • Qual a finalidade do CIC • 	•
3	AGR	<ul style="list-style-type: none"> • Qual a garantia de Mercado do piripiri • Proposta de um estudo do impacto ambiental do Piripiri numa área de conservação • Segurança alimentar em 20% é em que termos? 	•
4	Sensibilização	<ul style="list-style-type: none"> • Proposta de introduzir a educação sobre saúde pública sobretudo o HIV SIDA (aspecto transversal) 	
5	Regras e normas	<ul style="list-style-type: none"> • Fazem parte do PM? 	



ANEXO 4

Resumo das respostas sobre as normas e regras do uso dos recursos naturais na zona tampão.

Aldeia	Posto Administrativo	Distrito	Comentários
Cibotane	Mavodze	Massingir	<p>As comunidades concordam com as Normas e Regras estabelecidas pelo PNL. Somente solicitam autorização para caça para o consumo familiar e dão duas opções: 1) caça realizada pelos fiscais do PNL; 2) caça realizada pelo elemento da comunidade que poderá ter autorização de porte de arma de caça, mas que o abate será do conhecimento das autoridades do Parque. Algumas aldeias pretendem que a caça seja feita nos dias festivos, nos dias de visitas governamentais, cerimónias tradicionais e ou 3 vezes por ano (Fevereiro, Maio e Agosto).</p> <p>Autorização para produção de carvão para fins comerciais. Pretendem cortar somente os ramos grandes de forma a evitar o desmatamento. Também pretendem plantar mais árvores onde forem a cortar.</p> <p>Autorização para corte de arvores de madeira para actividades de carpintaria e construção, mas de uma forma sustentável com assistência do PNL.</p>
Madingane			
Macuachane	Zulu	Massingir	
Ncuze			
Munhamane			
Chipandzo			
Maconguele			
Macaringue			
Psitima	Thavene	Mabalane	
Chinhezane			
Cumba			
Muvambe			
Chimangue			
Nhanganhanga			
Tsinane			
Djelene			
Ndopi-Mwandzo			
Chirete-Ngaxa			
Mwamabalo-Zulu	Combomune	Mabalane	
Matsambo			
Mahawane			
Hassane			
Matafula			
Muvundha			
Chicondzo			
Muchacha			



Tchowé	Mapai	Chicualacuala	O consenso não se difere das comunidades dos Distritos de Massingir e Mabalane. Estas comunidades como tem corredores solicitam o PNL acelerar a identificação dos corredores onde os animais vão passar e todos concordam com a proposta do PNL não usar recursos existentes nos corredores. Estas comunidades pretendem fazer o abate das árvores para produção de carvão, mas cortando somente os ramos grandes e deixar arvores em pé, evitando assim o desmatamento. Pretendem também caçar de forma sustentável. Todas estas actividades serão praticadas fora dos corredores.
Hassane			
Chicumbane			
Lissenga			
Siogone			
Panhame			
Mbuzi	Pafuri	Chicualacuala	
Matsilele			
Mbeti			
Salane			

Em suma, estas foram as contribuições saídas das comunidades dos três Distritos Massingir Mabalane e Chicualacuala.

Consenso geral, comunidades estão esperanças a serem autorizadas a caçar, produzir carvão e cortar madeira excepto nos corredores, para fins comerciais e consumo proprio.